



IPARDES

fundação édíson vieira

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

AGROINDÚSTRIA E COOPERATIVAS NO PARANÁ

CONVÊNIO

**PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA
O DESENVOLVIMENTO - PNUD**

**ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PA-
RA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO -
FAO**

**PROJETO CONSOLIDAÇÃO E EXPANSÃO
DA AGRICULTURA DE ALIMENTOS NO
PARANÁ (BRA/82/017)**

TRABALHO DE CAMPO 16

CURITIBA

SETEMBRO/1985

I59a IPARDES-Fundação Edison Vieira.
 Agroindústria e cooperativas no Paraná.
 Curitiba, 1985.
 55f.
 Convênio PNUD/FAO/BRA/82/017

1.Agroindústria-Paraná. 2.Cooperativa agrí-
cola-Paraná. I.Título.

CDU 631.116:334.6 (816.2)

IPARDES-Fundação Edison Vieira

CARLOS ARTUR KRUGER PASSOS - *Diretor-Presidente*

CECÍLIA MARIA VIEIRA HELM - *Secretário Geral*

MARIANO DE MATOS MACEDO - *Coordenador Técnico*

PROJETO CONSOLIDAÇÃO E EXPANSÃO DA AGRICULTURA DE ALIMENTOS NO PARANÁ (BRA/82/017)

Antonio Hector Giles - *Assessor Técnico Internacional*

Elvina Maria Soares Chaves - *Coordenadora Técnica Nacional*

EQUIPE TÉCNICA

Carlos Claro de Oliveira Júnior (*administrador de empresas*), Fábio Doria Scatolin (*economista*), Jorge Sebastião de Bem (*sociólogo*), Lúcia Helena Nascimento (*acadêmica de economia*), Maria Magdalena Bango (*socióloga*), Rinaldo Barcia Fonseca (*economista*)

Telmo R. Frantz - *Consultor*

COLABORADORES

Aldair T. Rizzi (*economista*)

Carlos Manuel V. A. dos Santos (*economista*)

APOIO TÉCNICO OPERACIONAL

Luiza de Fátima Pilati M. Lourenço (*normalização bibliográfica*)

Antônia Schwinden (*editoração*), Maria Cristina Ferreira (*revisão*), Ana Batista Martins (*datilografia*), Iara Regina Teixeira (*desenho*), Edson Luiz Rigoni (*reprografia*)

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	iv
INTRODUÇÃO.....	1
1 A INSERÇÃO DAS COOPERATIVAS NA AGROINDÚSTRIA DO PARANÁ.....	3
2 AGROINDÚSTRIA E COOPERATIVAS NO PARANÁ: ALGUMAS TENDÊNCIAS.....	21
2.1 CARACTERÍSTICAS DAS FUTURAS INVERSÕES DAS CO- OPERATIVAS.....	21
2.2 AGROINDÚSTRIA, GERAÇÃO E REPARTIÇÃO DE EXCE- DENTE.....	28
2.2.1 Agroindústria e Geração de Excedente.....	29
2.2.2 Agroindústria e Repartição do Excedente.....	39
2.3 AGROINDÚSTRIA, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO.....	44
3 CONCLUSÕES.....	51
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	55

LISTA DE TABELAS

1	Repartição do valor adicionado da indústria de produtos alimentares, segundo principais setores, no Paraná - 1975-1983.....	5
2	Participação dos estabelecimentos, por tamanho, no valor das saídas totais da indústria de produtos alimentares, segundo principais setores, no Paraná - 1975-1980-1983.....	6
3	Destino das saídas da indústria de produtos alimentares, segundo principais setores, no Paraná - 1975-1980-1983.....	8
4	Destino das saídas totais da indústria de produtos alimentares, segundo tamanho de estabelecimentos, no Paraná - 1983.....	9
5	Número e participação dos estabelecimentos cooperativados no valor adicionado e no número de estabelecimentos, segundo principais setores da indústria de produtos alimentares, no Paraná - 1975-1980-1983.....	10
6	Participação dos grandes estabelecimentos nas saídas totais das indústrias cooperativadas e não-cooperativadas, segundo setores comuns da indústria de produtos alimentares, no Paraná - 1975-1983.....	11
7	Participação dos dez maiores estabelecimentos e do total dos estabelecimentos cooperativados e não-cooperativados no valor adicionado do setor produção de óleos vegetais em bruto e refino de óleos, no Paraná - 1975-1980-1983.....	12
8	Participação dos dez maiores estabelecimentos e do total dos estabelecimentos cooperativados e não-cooperativados no valor	

	adicionado do setor beneficiamento de café, cereais e produtos afins, no Paraná - 1975-1980-1983.....	12
9	Participação dos dez maiores estabelecimentos e do total dos estabelecimentos cooperativados e não-cooperativados no valor adicionado do setor abate de animais, no Paraná - 1975-1980-1983.....	13
10	Participação dos dez maiores estabelecimentos e do total dos estabelecimentos cooperativados e não-cooperativados no valor adicionado do setor fabricação de produtos de laticínios, no Paraná - 1975-1980-1983.....	13
11	Participação das cooperativas agropecuárias na comercialização da produção, segundo alguns produtos, no Paraná - 78/79, 80/81 e 82/83.....	18
12	Evolução da participação do faturamento industrial sobre o faturamento total, segundo tipo de cooperativas agropecuárias, no Paraná - 1979-83.....	32
13	Evolução da participação das sobras dos setores soja e algodão no total das sobras operacionais da COCAMAR, no Paraná - 1977-83.....	35
14	Evolução da participação das sobras do setor soja no total das sobras operacionais da COTREFAL, no Paraná - 1979-83.....	35
15	Evolução da participação das sobras do setor aves e rações no total das sobras operacionais da COPACOL, no Paraná - 1979-83.....	36
16	Evolução da participação das sobras do setor soja no total das sobras operacionais da COAMO, no Paraná - 1979-83.....	36
17	Evolução da participação das sobras do setor soja no total das sobras operacionais da COOPERVALE, no Paraná - 1979-83.....	37
18	Participação das vendas de grãos, farelo e óleo no total das vendas do setor soja da	

	COCAMAR, no Paraná - 1979-83.....	38
19	Participação das vendas de grãos, farelo e óleo, no total das vendas do setor soja da COTREFAL, no Paraná - 1982-83.....	38
20	Resultado operacional líquido de seis coope- rativas selecionadas, segundo seu destino, no Paraná - 1979-83.....	41
21	Endividamento a longo prazo de seis coope- rativas selecionadas, no Paraná - 1979-83.....	43
22	Crescimento do quadro social de seis coope- rativas selecionadas, no Paraná - 1979-83.....	46
23	Número de unidades administrativas na orga- nização interna, antes e após a agroindus- trialização, em seis cooperativas .selecio- nadas, no Paraná - 1977-83.....	47

INTRODUÇÃO

A evolução recente do cooperativismo agropecuário no Paraná apresenta um sustentado crescimento, visível tanto no considerável aumento do volume de produtos recebidos como na grande ampliação da participação da indústria cooperativada no conjunto da produção agroindustrial do Estado.

Tendo em vista sua sólida implantação na comercialização de produtos agrícolas, suas amplas possibilidades de geração de recursos próprios e sua grande capacidade de endividamento, as cooperativas deverão ocupar grandes espaços na agroindústria do Paraná. Embora a "via natural" de expansão das cooperativas seja a verticalização, elas dependerão, como depende hoje qualquer investidor, do apoio direto ou indireto do Governo.

Evidentemente, qualquer tipo de apoio institucional às cooperativas deverá levar em conta as críticas que, ao longo do tempo, acumularam-se sobre sua atuação. Embora os reparos ao sistema cooperativo sejam muitos e variados, os principais circulam em torno de dois pontos: o financiamento de seu processo de crescimento e a deterioração das relações cooperativa/produtores rurais. Apoiar in limine os planos de verticalização das cooperativas poderá significar uma forte contribuição para o argumento da progressiva extração de excedente dos associados, como base de sua expansão e de um estímulo adicional ao seu gigantismo e complexificação de sua gestão, utilizados frequentemente como fontes do afastamento e do desinteresse dos pro-

dutores com relação às cooperativas.

Na primeira parte deste trabalho procura-se analisar a inserção das cooperativas na agroindústria do Paraná, tratando de mostrar o crescente peso de sua participação e explorar as razões que lhes permitiram ocupar tão amplo espaço. Na segunda parte, objetiva-se, primeiro, determinar as características das futuras inversões das cooperativas na agroindústria e, em seguida, discutir como, tendencialmente, o crescente peso da atividade agroindustrial poderá sobre elas impactar, tanto do ponto de vista da geração e repartição do excedente (sobras), como da ótica da evolução de sua estrutura organizacional e de seu rebatimento sobre as relações cooperativa/produtores.

A agroindústria será tratada em dois diferentes níveis de abrangência, em função principalmente da prévia organização das informações. Na primeira parte, a agroindústria analisada se refere mais precisamente à indústria agroalimentar, que engloba todo o gênero Produtos Alimentares mais o setor Óleos Vegetais em Bruto, do gênero Química. Na segunda parte, a agroindústria é mais abrangente, envolvendo toda a indústria cooperativada processadora de produtos agropecuários. Assim, além da indústria agroalimentar, a análise fará referência às indústrias de algodão e de álcool.

Essa dualidade não compromete a unidade do texto, dado que o uso das cifras não se orienta pela pretensão de estabelecer um quadro preciso da situação, mas pela tentativa de ilustrar situações que sustentem a análise das prováveis tendências futuras da inserção das cooperativas na agroindústria.

1 A INSERÇÃO DAS COOPERATIVAS NA AGROINDÚSTRIA DO PARANÁ

A década de 70 é marcante para a indústria de transformação do Paraná. A partir de 1976, a indústria supera a agricultura na participação da renda interna. Apesar de terem surgido e/ou terem ganhado importância econômica novos gêneros industriais, como a Química e a Metal-Mecânica, a Indústria de Produtos Alimentares* permaneceu como principal gênero, participando com 28,1% na renda gerada no setor industrial, em 1983. Ou seja, não-obstante a indústria de transformação paranaense ter se diversificado e modernizado ao longo dos últimos 15 anos, o gênero Produtos Alimentares manteve sua expressiva importância na estrutura industrial do Estado, o que indicaria que esta indústria acompanhou o processo geral.

A indústria alimentar, embora considerada tradicional e

*Neste item, utilizam-se as expressões indústria de produtos alimentares, indústria agroalimentar ou agroindústria para designar o conjunto do gênero Produtos Alimentares mais o grupo Produção de Óleos Vegetais em Bruto, do gênero Química. Chama-se de setor o que a classificação do IBGE rotula de grupo industrial (quatro dígitos). O conteúdo dos grupos industriais (ou setores) pode ser mais amplo do que sugere seu abreviado nome. A Moagem do Trigo engloba, além da farinha, todos os derivados do trigo em grão; a Fabricação de Açúcar incorpora também melado e rapadura; a Refinação de Óleos abrange também gorduras vegetais e produtos de beneficiamento do cacau. Por outro lado, a alocação dos estabelecimentos nos diferentes setores, baseada principalmente na autoclassificação pelo produto principal, pode provocar outras imperfeições. Assim, pode ocorrer que o leitor com grande conhecimento fático da indústria paranaense encontre incongruências entre a realidade e o perfil aqui traçado. Entretanto, vale repetir, a análise empreendida não busca se aprofundar a nível setorial, mas ilustrar tendências.

representada de longa data na indústria paranaense, passou por transformações no seu aparelho produtivo, com mudanças tanto na composição de seus principais ramos industriais quanto na recência do atual parque industrial. Isso é visível quando se verifica que, em 1983, mais de 42% do valor das saídas* e 36% do valor adicionado** da indústria de alimentos foram gerados em estabelecimentos fundados depois de 1975. Em muitos setores, com grande peso nessa indústria, a presença de estabelecimentos de instalação recente chega a ser ainda mais expressiva. Na Refinação de Óleos, mais de 61% do valor adicionado do setor foi gerado em estabelecimentos posteriores a 1975; na Fabricação de Produtos de Milho, a porcentagem atinge 66% e na Preparação do Leite e Fabricação de Rações, 94% e 60%, respectivamente.

A instalação de grandes e modernas plantas agroindustriais, ocorrida a partir de 1975, muda, perceptivelmente, o perfil da indústria de produtos alimentares do Paraná.

Ainda que não seja particularmente notável, a indústria passa por um processo de diversificação e integração entre 1975 e 1983. O primeiro beneficiamento de produtos agrícolas (Beneficiamento de Café, Cereais e Produtos Afins) tem sua participação reduzida frente à expansão de setores como Abate de Animais, Fabricação de Café e Mate Solúvel, Laticínios, Massas

*Valor das saídas é o somatório do valor das vendas, transferências, vendas de ativo fixo e outras. O valor das vendas de ativo fixo é insignificante, não chegando a representar 0,5% na média do Estado, nos anos considerados.

**Valor adicionado é a diferença entre os valores das operações de saída de mercadorias em relação aos de entrada, consideradas as variações de estoque. Inclui, portanto, o consumo intermediário de serviços (transporte, energia elétrica, etc.).

Alimentícias, Rações e outros de menor peso (tabela 1). * Ganham importância os setores industriais que requerem maior elaboração da matéria-prima em detrimento daqueles mais rudimentares.

TABELA 1 - REPARTIÇÃO DO VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES, SEGUNDO PRINCIPAIS SETORES, NO PARANÁ - 1975-1983

SETOR	1975	1983
20.41 + 26.91		
Produção de Óleos Vegetais em Bruto - Inclusive Subprodutos e Refinação e Preparação de Óleos e Gorduras Vegetais	24,1	36,3
26.01	31,8	17,0
Beneficiamento do Café, Cereais e Produtos Afins		
26.02	1,9	1,3
Moagem de Trigo		
26.03	2,8	1,9
Torrefação e Moagem de Café		
26.04	6,8	8,0
Fabricação de Café e Mate Solúvel		
26.05	1,3	1,9
Fabricação de Produtos de Milho - Exclusive Óleos		
26.12	0,7	0,7
Produção de Conservas de Frutas, Legumes e Outros Vegetais, Inclusive Sucos e Concentrados		
26.21	9,2	14,4
Abate de Animais e Preparação de Conservas de Carne Inclusive Subprodutos		
26.41	0,0	0,1
Resfriamento do Leite		
26.42	0,1	0,5
Preparação do Leite		
26.43	2,2	2,2
Fabricação de Produtos de Laticínios		
26.51	11,9	3,0
Fabricação de Açúcar		
26.81	0,6	1,1
Fabricação de Massas Alimentícias		
26.82	0,9	0,7
Fabricação de Biscoitos e Bolachas		
26.98	1,2	4,6
Fabricação de Rações Balanceadas		
Demais Grupos	4,5	5,8
TOTAL	100,0	100,0

FONTES: SEFI

Observa-se também uma nítida tendência à concentração econômica e o decorrente predomínio dos grandes estabelecimentos. Embora a participação numérica dos pequenos e médios estabelecimentos tenha aumentado entre 1975 e 1983 no conjunto do

*Note-se que, no período, houve forte expansão do Refino de Óleos Vegetais. Como na classificação das indústrias pode-se ter confundido, em muitos casos, a Produção de Óleos Brutos e o Refino, preferiu-se não fazer referência explícita ao refino, tratando-o, quando as tabelas elaboradas o permitiam, em conjunto com a Produção de Óleos Brutos.

parque agroindustrial paranaense (de 14,8% para 16,5%), é viável a perda de expressão econômica. Nesse período, enquanto a participação dos pequenos e médios estabelecimentos no valor das saídas cai de 28% para 11%, aproximadamente, a dos grandes estabelecimentos - que passaram de 2,6% para 5,0% no total de estabelecimentos - aumenta de 69% para 88% nas saídas da indústria alimentar paranaense* (tabela 2).

TABELA 2 - PARTICIPAÇÃO DOS ESTABELECIAMENTOS, POR TAMANHO,* NO VALOR DAS SAÍDAS TOTAIS DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES, SEGUNDO PRINCIPAIS SETORES, NO PARANÁ - 1975-1980-1983

SETOR	1975				1980				1983			
	Micra	Pequeno	Médio	Grande	Micra	Pequeno	Médio	Grande	Micra	Pequeno	Médio	Grande
20.01 Produção de Óleos Vegetais em Bruto - Inclusive Subprodutos	0,0	0,3	5,7	94,0	0,0	0,1	1,4	98,5	0,0	0,0	0,0	100,0
26.01 Beneficiamento de Café, Cereais e Produtos Afins	1,4	12,4	14,5	69,7	1,4	9,8	22,5	66,3	3,0	7,2	18,7	71,1
29.02 Moagem de Trigo	2,7	11,7	37,3	48,3	1,4	3,5	24,1	71,0	0,7	1,7	23,8	73,8
26.03 Torrefação e Moagem de Café	4,8	19,2	48,9	27,3	2,7	11,4	28,0	59,3	2,1	5,7	25,5	56,7
26.04 Fabricação de Café e Nata Solúvel	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	99,8	0,0	0,1	0,0	99,9
26.05 Fabricação de Produtos de Milho - Inclusive Óleos	11,0	15,2	51,5	22,3	5,9	5,0	31,9	57,2	2,7	2,8	12,8	81,7
26.12 Produção de Conservas de Frutas, Legumes e Outros Vegetais, Inclusive Sucos e Concentrados	4,7	16,0	0,0	79,3	1,9	6,0	0,0	92,1	4,1	5,6	0,0	90,3
26.21 Abate de Animais e Preparação de Conservas de Carne, Inclusive Subprodutos	2,3	1,4	0,7	87,6	0,6	2,1	7,7	89,6	0,4	1,5	5,6	92,5
26.41 Resfriamento do Leite	14,3	51,6	34,1	0,0	1,4	30,7	67,9	0,0	0,9	27,3	71,8	0,0
26.42 Preparação do Leite	30,7	49,3	0,0	0,0	1,9	4,6	28,5	67,0	1,8	26,6	15,0	56,6
26.43 Fabricação de Produtos de Laticínios	1,9	11,4	32,0	54,7	1,1	5,2	18,1	75,4	2,2	7,0	9,9	80,9
26.51 Fabricação de Açúcar	0,4	0,0	0,0	99,6	0,0	0,2	0,6	99,2	0,0	0,0	0,0	100,0
26.81 Fabricação de Massas Alimentícias	15,6	8,8	75,8	0,0	3,2	9,2	8,4	79,2	2,7	10,2	29,0	58,1
26.82 Fabricação de Biscoitos e Bolachas	3,3	3,5	20,7	72,5	2,3	1,7	0,0	96,0	3,0	0,0	10,2	86,8
26.91 Refinação e Preparação de Óleos e Gorduras Vegetais	0,3	0,1	2,5	97,1	0,0	0,0	0,4	99,6	0,0	0,1	0,1	99,8
26.98 Fabricação de Rações Balanceadas	1,5	6,5	8,7	83,3	1,1	3,0	12,2	82,7	0,6	3,0	5,5	90,9
TOTAL no Valor das Saídas	2,8	7,3	21,0	68,9	1,5	4,0	10,5	84,0	1,3	2,3	7,9	87,9
**	82,6	8,1	6,7	2,6	75,9	11,5	8,0	4,6	28,5	9,8	6,7	5,0

FONTE: SDFI

*A classificação por tamanho aqui utilizada, segue o critério do Banco do Brasil: Micro, estabelecimento com faturamento anual até 5 000 MVR (valor de referência); Pequeno, até 20 000 MVR; Médio, entre 20 000 e 85 000 MVR; Grande, acima de 85 000 MVR

**Participação dos estabelecimentos, por tamanho, no total dos estabelecimentos

Em praticamente todos os setores importantes desse gênero industrial, a participação dos grandes estabelecimentos aumentou em detrimento dos demais estratos considerados. A única exceção ocorre em Laticínios, no qual não se verifica a exis-

*O movimento de concentração ocorrido no Paraná configura uma estrutura industrial, na área alimentar, semelhante à verificada no Brasil quanto ao peso econômico dos grandes estabelecimentos. Um levantamento realizado pelo CDI, com dados de 1980, revelou que as grandes empresas (faturamento superior a 85 000 MVR) respondiam por 84,9% do faturamento da indústria nacional de alimentos, as médias contribuía com 5,8%, as pequenas com 6,5% e as micro com 2,8%. (CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. Sistema Integrado de Informações Industriais. Análise dos setores industriais: estrutura, desempenho, problemas, a indústria de produtos alimentares 1980/81. Brasília, 1983. p.49).

tência desse tipo de unidade industrial no setor Resfriamento de Leite; na Fabricação de Produtos de Laticínios, há um leve crescimento da participação dos microestabelecimentos, acompanhado por uma forte perda de importância dos pequenos e médios e por uma expansão significativa dos grandes (tabela 2).

Grandes e pequenos estabelecimentos podem conviver mais ou menos pacificamente em alguns setores da indústria. Entretanto, a intensa mortalidade de estabelecimentos indica que a convivência é cada vez mais precária. Entre 1975 e 1983, o número de estabelecimentos da indústria cai de 3 221 para 2 754, o que reduz o parque industrial em 15%. A mortalidade líquida se deu mais acentuadamente na Fabricação de Açúcar (na qual, o número de estabelecimentos se reduziu em 64% - de 19 para 7 estabelecimentos), na Moagem de Trigo (redução de 46% - de 46 para 25 estabelecimentos) e na Produção de Óleos Brutos (redução de 38% - de 29 para 18 estabelecimentos). Porém, em termos absolutos, é no Beneficiamento de Café e Cereais que ocorre a maior mortalidade líquida de estabelecimentos. O parque industrial desse setor se reduz em 504 unidades, passando de 2 066 para 1 562 estabelecimentos, ou seja, 25% menor do que era em 1975.

A tendência à concentração, marcada pelo crescente predomínio dos grandes estabelecimentos e pela mortalidade, está intimamente relacionada com a, talvez mais notável, mudança estrutural ocorrida no período: a progressiva perda de importância do mercado local. Até 1975, a indústria agroalimentar paranaense encontrava no Estado o principal mercado para a colocação de seus produtos. Nesse ano, quase dois terços da produção se destinaram ao próprio Estado, contra 25% dirigida a outros estados e 11% ao exterior. Já em 1983, o Estado absorveu somente

58% de sua produção, enquanto os outros estados compraram 28% e o exterior 14%.

Essa mudança se refletiu, em maior ou menor grau, em praticamente todos os setores da indústria (tabela 3). Os únicos setores cujos mercados tenderam a se concentrar mais fortemente no Estado foram aqueles que internalizaram as etapas imediatas de processamento. É o caso dos setores Produção de Óleo Bruto, Moagem de Trigo e Resfriamento e Preparação do Leite, que passaram a ser utilizados, no próprio Estado, para a produção de óleo refinado, massas alimentícias, laticínios e leite em pó.

TABELA 3 - DESTINO DAS SAÍDAS DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES, SEGUNDO OS PRINCIPAIS SETORES, NO PARANÁ - 1975-1980-1983

(Em %)

SETOR	1975			1980			1983		
	Estado	Outros Estados	Exterior	Estado	Outros Estados	Exterior	Estado	Outros Estados	Exterior
20.41 + 26.91 Produção de Óleos Vegetais em Bruto - Inclusive Subprodutos e Refinação e Preparação de Óleos e Gorduras Vegetais	41,5	30,2	28,2	56,8	23,8	20,2	54,1	26,6	19,3
26.01 Beneficiamento do Café, Cereais e Produtos Afins	82,5	13,8	3,7	70,4	17,5	12,1	82,2	13,8	4,0
26.02 Moagem de Trigo	84,7	7,0	8,3	89,5	10,5	0,0	85,0	15,0	0,0
26.03 Torrefação e Moagem de Café	89,5	10,5	0,0	78,2	21,8	0,0	78,2	21,8	0,0
26.04 Fabricação de Café e Mate Solúvel	39,7	8,7	51,6	34,7	2,6	62,7	29,3	5,5	65,2
26.05 Fabricação de Produtos de Milho - Exclusive Óleos	54,5	42,6	2,9	33,0	65,0	2,0	38,6	56,3	5,1
26.12 Produção de Conservas de Frutas, Legumes e Outros Vegetais, Inclusive Sucos e Concentrados	17,0	83,0	0,0	10,2	89,0	0,0	9,6	89,9	0,5
26.21 Abate de Animais e Preparação de Conservas de Carne, Inclusive Subprodutos	44,3	53,1	2,6	52,0	36,4	11,6	35,9	47,3	16,8
26.41 Resfriamento do Leite	48,0	52,0	0,0	81,4	18,6	0,0	79,6	20,4	0,0
26.42 Preparação do Leite	55,0	45,0	0,0	34,3	65,7	0,0	58,4	41,6	0,0
26.43 Fabricação de Produtos de Laticínios	79,6	20,4	0,0	67,9	32,1	0,0	66,2	32,5	1,3
26.51 Fabricação de Açúcar	80,4	19,6	0,0	76,4	23,6	0,0	70,2	29,8	0,0
26.81 Fabricação de Massas Alimentícias	78,3	21,7	0,0	40,1	59,9	0,0	57,3	42,7	0,0
26.82 Fabricação de Biscoitos e Bolachas	84,6	15,2	0,0	77,5	22,5	0,0	72,8	28,0	0,0
26.93 Fabricação de Rações Balanceadas	50,9	41,0	0,1	55,2	54,8	0,0	52,0	34,0	14,0
TOTAL	64,3	24,7	11,0	58,8	25,3	15,9	58,0	27,7	14,3

Fonte: SEFI

A manifesta tendência à integração a mercados externos ao Paraná se reflete na estrutura por tamanho. O mercado local, ao ser insuficiente para viabilizar a ampliação da produção, conduz à busca de outros mercados. As exigências de eficiência para concorrer em mercados mais amplos e mais abertos tende a elevar o porte das empresas. Assim, o mercado local - que, embora estreitando-se relativamente, ainda tem importância -, é mercado básico para os micros, pequenos e médios estabelecimen-

tos e tende a ser mercado de menor importância para os grandes (tabela 4).

TABELA 4 - DESTINO DAS SAÍDAS TOTAIS DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES, SEGUNDO TAMANHO DE ESTABELECIMENTO, NO PARANÁ - 1983 (Em %)

TAMANHO	ESTADO	OUTROS ESTADOS	EXTERIOR
Micro	85,3	14,4	0,3
Pequeno	79,2	19,6	1,2
Médio	81,8	17,0	1,2
Grande	54,7	29,2	16,1

FONTE: SEFI

Outra mudança importante na indústria agroalimentar do Paraná se refere ao aumento da presença das cooperativas. Entre 1975 e 1983, a indústria cooperativa cresceu, elevando sua participação no valor adicionado da indústria de alimentos do Estado para 14,2%, contra os 6,5% observados em 1975 (tabela 5). A expansão da participação das cooperativas é marcante tanto nos seus setores de atuação tradicional como em áreas nas quais a agroindústria cooperativada era ausente em 1975. Como consequência, o leque das atividades agroalimentares cooperativadas, que se concentrava no Beneficiamento de Café e Cereais, em certas áreas do setor leite/laticínios e nas Rações, abre-se para abrigar, com relativo peso, a produção de Óleos Vegetais, o Abate de Animais e novas atividades no setor leiteiro.

TABELA 5 - NÚMERO E PARTICIPAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS COOPERATIVADOS NO VALOR ADICIONADO E NO NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, SEGUNDO PRINCIPAIS SETORES DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES, NO PARANÁ - 1975-1980-1983

SETOR	1975			1980			1983		
	Nº de Estab. Coop.	% no Nº de Estab. do Setor	% no VA do Setor	Nº de Estab. Coop.	% no Nº de Estab. do Setor	% no VA do Setor	Nº de Estab. Coop.	% no Nº de Estab. do Setor	% no VA do Setor
20.41 + 20.91	-	-	-	1	2,0	6,9	3	6,8	10,1
26.01	18	0,9	12,3	32	2,0	31,6	51	3,3	39,1
26.02	1	2,2	0,0	1	4,3	0,3	2	8,0	0,5
26.03	-	-	-	1	2,2	0,4	1	2,5	1,1
26.04	-	-	-	-	-	-	-	-	-
26.05	-	-	-	-	-	-	1	0,7	0,0
26.12	-	-	-	-	-	-	-	-	-
26.21	-	-	-	6	3,6	1,6	5	4,0	5,0
26.41	4	40,0	0,0	16	64,0	48,5	13	65,0	56,9
26.42	2	10,0	0,0	4	26,7	83,0	5	22,7	15,1
26.43	6	21,4	77,6	10	23,2	85,9	14	23,7	87,4
26.51	-	-	-	-	-	-	-	-	-
26.81	-	-	-	-	-	-	-	-	-
26.82	-	-	-	-	-	-	-	-	-
26.98	3	10,0	0,0	5	11,3	2,4	11	21,1	10,7
TOTAL	34	1,0	6,5	76	2,8	12,9	106	3,8	14,2

FONTE: SEFI

O aumento da importância da agroindústria cooperativada não foi, necessariamente, um resultado da multiplicação de pequenas plantas agroindustriais disseminadas entre várias cooperativas. Ao contrário, sua presença em muitos setores da indústria agroalimentar é ainda marcada pelas atividades industriais de algumas cooperativas que operam, em geral, plantas de grande porte relativo. Ao se comparar a dimensão dos estabelecimentos cooperativados e não-cooperativados, vê-se que, já em 1975, a participação de grandes estabelecimentos era maior na agroindústria cooperativada que na não-cooperativada. Interessante notar que, naqueles setores nos quais as cooperativas estavam ausentes em 1975, também é expressiva a presença do grande estabelecimento (tabela 6). Isso mostra que a agroindústria cooperativada não evoluiu "normalmente" da pequena para a grande planta; as cooperativas decidiram-se, claramente, pela instalação de unidades industriais de porte relativamente grande.

TABELA 6 - PARTICIPAÇÃO DOS GRANDES ESTABELECIMENTOS NAS SAÍDAS TOTAIS DAS INDÚSTRIAS COOPERATIVADAS E NÃO-COOPERATIVADAS, SEGUNDO SETORES COMUNS DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS ALIMENTARES, NO PARANÁ - 1975-1983

(Em %)

SETOR	INDÚSTRIAS NÃO-COOPERATIVADAS		INDÚSTRIAS COOPERATIVADAS	
	1975	1983	1975	1983
20.41 Produção de Óleos Vegetais em Bruto - Inclusive Subprodutos	94,0	100,0	-	100,0
26.01 Beneficiamento do Café, Cereais e Produtos Afins	42,9	58,5	87,5	92,4
26.21 Abate de Animais e Preparação de Conservas de Carne, Inclusive Subprodutos	87,6	92,5	-	93,4
26.43 Fabricação de Produtos de Laticínios	*	*	75,8	93,9
26.91 Refinação e Preparação de Óleos e Gorduras Vegetais	97,7	100,0	-	0,0
26.98 Fabricação de Rações Balanceadas	83,5	92,0	81,9	85,6
TOTAL	67,1	86,9	86,4	92,5

FONTES: SEPI

*Predomínio de pequenos e médios

A adoção da grande planta industrial levou às cooperativas a ocuparem um lugar de destaque entre os maiores estabelecimentos dos setores em que sua participação no valor adicionado é expressiva. Em Laticínios, há predomínio quase absoluto das cooperativas, já que os seis maiores estabelecimentos do setor são controlados por elas (o maior estabelecimento não-cooperativado apresentou um valor adicionado 33 vezes menor que o estabelecimento líder, em 1983). No setor Óleos Vegetais, o sétimo estabelecimento é cooperativado, com um valor adicionado 3,6 vezes menor que o maior do setor, mas é o segundo maior na produção de óleo bruto. Em Beneficiamento de Café e Cereais, o maior é cooperativado e o seguinte não-cooperativo. No Abate de Animais, o maior estabelecimento cooperativado ocupa o quinto lugar no ranking por tamanho, entretanto, seu valor adicionado é 23 vezes inferior ao do maior estabelecimento do setor (tabelas 7 a 10).

TABELA 7 - PARTICIPAÇÃO DOS DEZ MAIORES ESTABELECIMENTOS E DO TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS COOPERATIVADOS E NÃO-COOPERATIVADOS NO VALOR ADICIONADO DO SETOR PRODUÇÃO DE ÓLEOS VEGETAIS EM BRUTO E REFINO DE ÓLEOS, NO PARANÁ - 1975-1980-1983

ESTABELECIMENTO	1975			1980			1983		
	NATUREZA	% no VA do Setor	ACUMULADO (%)	NATUREZA	% no VA do Setor	ACUMULADO (%)	NATUREZA	% no VA do Setor	ACUMULADO (%)
1	Não-Cooper.*	34,05	34,05	Não-Cooper.	15,51	15,51	Não-Cooper.*	19,77	19,77
2	Não-Cooper.	23,25	46,50	Não-Cooper.	8,91	24,42	Não-Cooper.	15,96	35,73
3	Não-Cooper.*	19,63	66,13	Não-Cooper.	8,80	33,22	Não-Cooper.	12,48	48,21
4	Não-Cooper.*	4,01	70,14	Não-Cooper.	7,05	40,27	Não-Cooper.	7,40	55,61
5	Não-Cooper.*	3,16	73,30	Cooper.*	6,93	47,20	Não-Cooper.	6,76	62,37
6	Não-Cooper.*	2,42	75,72	Não-Cooper.	6,65	53,85	Não-Cooper.	6,35	68,72
7	Não-Cooper.	2,12	77,84	Não-Cooper.	5,53	59,38	Cooper.*	5,37	74,09
8	Não-Cooper.*	1,97	79,81	Não-Cooper.	5,21	64,59	Não-Cooper.*	4,37	78,46
9	Não-Cooper.*	1,41	81,22	Não-Cooper.	4,80	69,39	Não-Cooper.	4,18	82,64
10	Não-Cooper.*	1,26	82,48	Não-Cooper.	4,16	73,55	Não-Cooper.	3,76	86,40
Estab. Cooperativados	-	-	-	1	6,93	-	1	5,37	-
Estab. Não-Cooperativados	10	82,48	-	9	66,62	-	9	81,03	-
TOTAL Estab. Cooperativados	1	-	-	2	-	6,9	3	-	10,1
TOTAL Estab. Não-Cooperativados	28	-	100,0	20	-	93,1	15	-	89,9
TOTAL Geral	29	-	100,0	22	-	100,0	18	-	100,0

FONTE: SEFI

*Produção de Óleos Vegetais em Bruto

TABELA 8 - PARTICIPAÇÃO DOS DEZ MAIORES ESTABELECIMENTOS E DO TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS COOPERATIVADOS E NÃO-COOPERATIVADOS NO VALOR ADICIONADO DO SETOR BENEFICIAMENTO DE CAFÉ, CEREALIS E PRODUTOS AFINS, NO PARANÁ - 1975-1980-1983

ESTABELECIMENTO	1975			1980			1983		
	NATUREZA	% no VA do Setor	ACUMULADO (%)	NATUREZA	% no VA do Setor	ACUMULADO (%)	NATUREZA	% no VA do Setor	ACUMULADO (%)
1	Não-Cooper.	8,84	8,84	Cooper.	12,05	12,05	Cooper.	10,26	10,62
2	Não-Cooper.	8,83	17,67	Cooper.	7,90	19,95	Não-Cooper.	7,61	18,23
3	Cooper.	5,87	23,54	Não-Cooper.	6,07	26,02	Cooper.	4,97	23,20
4	Cooper.	2,78	26,32	Não-Cooper.	6,06	32,08	Cooper.	3,87	27,07
5	Não-Cooper.	2,24	28,56	Não-Cooper.	5,80	37,88	Cooper.	2,69	29,76
6	Não-Cooper.	2,00	30,56	Não-Cooper.	3,47	41,35	Cooper.	2,60	32,36
7	Não-Cooper.	1,92	32,48	Não-Cooper.	3,32	44,47	Não-Cooper.	2,34	34,70
8	Não-Cooper.	1,75	34,23	Cooper.	3,09	44,76	Não-Cooper.	2,32	37,02
9	Não-Cooper.	1,61	35,84	Não-Cooper.	2,00	49,76	Cooper.	1,98	39,00
10	Não-Cooper.	1,60	37,44	Cooper.	1,97	51,73	Não-Cooper.	1,91	40,91
Estab. Cooperativados	2	8,65	-	4	25,01	-	6	26,73	-
Estab. Não-Cooperativados	8	28,79	-	5	26,72	-	4	14,18	-
TOTAL Estab. Cooperativados	18	-	12,3	32	-	31,6	51	-	39,1
TOTAL Estab. Não-Cooperativados	2 048	-	87,7	1 554	-	68,4	1 511	-	60,9
TOTAL Geral	2 066	-	100,0	1 586	-	100,0	1 562	-	100,0

FONTE: SEFI

TABELA 9 - PARTICIPAÇÃO DOS DEZ MAIORES ESTABELECIMENTOS E DO TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS COOPERATIVADOS E NÃO-COOPERATIVADOS NO VALOR ADICIONADO DO SETOR ABATE DE ANIMAIS, NO PARANÁ - 1975-1980-1983

ESTABELECIMENTO	1975			1980			1983		
	NATUREZA	% no VA do Setor	ACUMULADO (%)	NATUREZA	% no VA do Setor	ACUMULADO (%)	NATUREZA	% no VA do Setor	ACUMULADO (%)
1	Não-Cooper.	22,10	22,10	Não-Cooper.	46,88	46,88	Não-Cooper.	58,05	58,05
2	Não-Cooper.	16,30	38,40	Não-Cooper.	5,45	52,33	Não-Cooper.	7,61	65,66
3	Não-Cooper.	12,22	50,62	Não-Cooper.	5,37	57,70	Não-Cooper.	3,43	69,09
4	Não-Cooper.	9,30	59,92	Não-Cooper.	4,90	62,60	Não-Cooper.	2,54	71,63
5	Não-Cooper.	9,10	69,02	Não-Cooper.	3,77	66,37	Cooper.	2,44	74,07
6	Não-Cooper.	5,81	74,83	Não-Cooper.	3,45	69,82	Não-Cooper.	2,31	76,38
7	Não-Cooper.	4,13	79,16	Não-Cooper.	3,08	72,90	Não-Cooper.	2,13	78,51
8	Não-Cooper.	3,68	82,84	Não-Cooper.	2,59	75,49	Não-Cooper.	2,10	80,61
9	Não-Cooper.	2,64	85,48	Não-Cooper.	2,51	78,00	Não-Cooper.	1,79	82,40
10	Não-Cooper.	1,65	87,13	Não-Cooper.	2,51	80,51	Não-Cooper.	1,61	84,01
Estab. Cooperativados	-	-	-	-	-	-	1	2,44	-
Estab. Não-Cooperativados	10	87,13	-	10	80,51	-	9	81,57	-
TOTAL Estab. Cooperativados	-	-	-	6	-	1,6	5	-	5,0
TOTAL Estab. Não-Cooperativados	140	-	100,0	158	-	98,4	121	-	95,0
TOTAL Geral	140	-	100,0	164	-	100,0	126	-	100,0

Fonte: SEPI

TABELA 10 - PARTICIPAÇÃO DOS DEZ MAIORES ESTABELECIMENTOS E DO TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS COOPERATIVADOS E NÃO-COOPERATIVADOS NO VALOR ADICIONADO DO SETOR FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE LATICÍNIOS, NO PARANÁ - 1975-1980-1983

ESTABELECIMENTO	1975			1980			1983		
	NATUREZA	% no VA do Setor	ACUMULADO (%)	NATUREZA	% no VA do Setor	ACUMULADO (%)	NATUREZA	% no VA do Setor	ACUMULADO (%)
1	Cooper.	43,35	43,35	Cooper.	57,75	57,75	Cooper.	61,71	61,71
2	Cooper.	19,79	63,14	Cooper.	8,73	66,48	Cooper.	9,32	71,03
3	Cooper.	11,77	74,91	Cooper.	6,55	73,03	Cooper.	6,26	77,29
4	Não-Cooper.	4,39	79,30	Cooper.	5,48	78,51	Cooper.	4,08	81,37
5	Não-Cooper.	3,91	83,21	Cooper.	4,01	82,52	Cooper.	2,70	84,07
6	Não-Cooper.	3,66	86,87	Não-Cooper.	3,08	85,60	Cooper.	2,23	86,30
7	Não-Cooper.	1,99	88,86	Cooper.	2,89	88,49	Não-Cooper.	2,00	88,30
8	Não-Cooper.	1,69	90,55	Não-Cooper.	1,42	89,91	Não-Cooper.	1,28	89,58
9	Cooper.	1,55	92,10	Não-Cooper.	1,41	91,32	Não-Cooper.	0,98	90,56
10	Não-Cooper.	1,23	93,33	Não-Cooper.	1,34	92,66	Não-Cooper.	0,85	91,42
Estab. Cooperativados	4	26,46	-	6	85,41	-	6	86,30	-
Estab. Não-Cooperativados	6	16,87	-	4	7,25	-	4	5,12	-
TOTAL Estab. Cooperativados	6	-	77,6	10	-	85,9	14	-	87,4
TOTAL Estab. Não-Cooperativados	22	-	22,4	33	-	14,1	45	-	12,6
TOTAL Geral	28	-	100,0	43	-	100,0	59	-	100,0

Fonte: SEPI

Essa dinâmica concentracionista poderia induzir a realização de uma análise do comportamento das estruturas de mercado e de seus agentes, notadamente as cooperativas, marcada pelo quadro teórico do oligopólio.

Entretanto, a utilização desse quadro teórico é, aqui, dificultada por, pelo menos, duas circunstâncias de peso. Primeiro, a análise está centrada no Paraná, quando o cenário da concorrência tende a ser os mercados nacional e internacional. Com isso, por exemplo, a planta industrial classificada como grande pela participação de seu faturamento num determinado setor da indústria pode-se ver degradada quando colocada no contexto do mercado nacional. Segundo, neste estudo, trabalha-se o conjunto da indústria agroalimentar, não se detendo a análise na apreciação particular de seus setores, salvo para ilustrar a argumentação.

Agregue-se a essas dificuldades uma dificuldade estatística. A classificação industrial a quatro dígitos procura englobar produtos ou linhas de produtos pela comum origem da matéria-prima e pelo uso de tecnologia semelhante. Assim, juntam-se produtos que, não necessariamente, concorrem no mesmo mercado. Isso introduz, a nível estatístico, uma dicotomia entre indústria (definida pela semelhança tecnológica) e mercado (definido pela substitutibilidade entre produtos), dificultando a aderência da informação disponível ao quadro teórico mencionado.

Não se pretende com isso desqualificar o marco teórico do oligopólio que, apesar de seu estado fluido, tem permitido notáveis avanços no entendimento da organização industrial. O argumento se orienta no sentido de colocar as dificuldades de

sua aplicação no limitado contexto em que se move a discussão deste trabalho e aponta para o fato de que só uma análise mais minuciosa permitiria discutir, com rigor, os elementos de oligopólio presentes nos diferentes setores da agroindústria.

Apesar disso, dois aspectos importantes devem ser destacados. As cooperativas não entraram nas "franjas" do mercado; entraram, claramente, disputando espaço em setores onde já havia interesses firmados e onde a concorrência está longe de ser um jogo fácil.* Por outro lado, a impossibilidade do uso rigoroso da idéia de barreiras à entrada não significa que não se possa identificar a presença de dificuldades específicas ou de certos condicionantes para ingressar na atividade.

Em questionário aplicado junto às cooperativas foram levantadas as dificuldades enfrentadas por ocasião da decisão de implantar a unidade industrial. Os resultados obtidos se encontram no quadro 1.

*Sabe-se que a entrada de cooperativas paranaenses no setor Abate de Aves e no mercado de sobremesas lácteas, no qual há certa diferenciação de produtos, levou a indústria estabelecida a reduzir seus preços, numa clara tentativa de estreitar o espaço dos novos concorrentes no mercado. A esse respeito é oportuno registrar também a consideração que aparece num texto da Confederação Nacional da Indústria: "(...) a iniciativa privada não pode deixar de mostrar preocupação diante do acelerado desregrado crescimento do setor cooperativo que já ameaça, em alguns setores, sua própria existência". (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Departamento Econômico. Comissão de Política Industrial. O sistema cooperativo e sua participação no setor industrial. s.l., 1980, p.22). Apesar do exagero tanto no dimensionamento da influência do setor cooperativo como na linguagem, fica claro que as cooperativas encampam importantes espaços.

QUADRO 1 - RESUMO DAS RESPOSTAS INDICADAS NOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS AS COOPERATIVAS, NO PARANÁ - 1983

DIFICULDADES*	RESPOSTAS ORDEM DECRESCENTE
a) Acesso a Financiamento Necessários para o Investimento	78
b) Acumulação de Recursos Próprios Necessários para o Investimento	76
c) Determinação do Tamanho da Unidade Industrial (Capacidade de Processamento) de Forma a Evitar Capacidade Ociosa	60
d) Poder de Mercado dos Concorrentes	56
e) Disponibilidade de Pessoal Capacitado para Conduzir as Operações Industriais	54
f) Acesso a Equipamentos Compatíveis com a Capacidade de Processamento Desejada	53
g) Capacidade de Absorção do Mercado Consumidor	46
h) Disponibilidade de Matéria-prima Necessária para a Operação da Unidade Industrial	44
i) Cumprimento de Exigências Sanitárias Legais	41
j) Disponibilidade de Pessoal Capacitado para Conduzir as Operações Vinculadas à Atividade Industrial (Setor de Vendas)	40
l) Obtenção de Decisão Favorável dos Associados à Realização do Investimento	40

FONTE: IPARDES, Pesquisa de Campo - 1983

*O questionário foi enviado a 68 cooperativas (63 singulares e 5 centrais), tendo sido respondido por 47 delas. Solicitou-se às cooperativas que indicassem o grau de importância de cada uma das 11 dificuldades listadas (nenhuma, pequena, alguma e grande dificuldade). As cifras aqui destacadas se referem à porcentagem de cooperativas que consideraram de alguma ou de grande importância a dificuldade indicada.

A análise da importância atribuída pelas cooperativas às dificuldades listadas revela que a dimensão do investimento, tanto do ponto de vista financeiro (itens a e b) como técnico (itens c e f), foi entrave à instalação da unidade industrial.

Se os investimentos realizados fossem de pequeno porte, provavelmente as dificuldades financeiras não teriam merecido o destaque observado. Para se ter uma idéia da dimensão relativa do investimento, basta ressaltar que, no caso de uma cooperativa cuja indústria de soja entrou em operação em 1979, em 31.12.78 - quando o grosso do investimento já estava realizado -

o Imobilizado Operacional da indústria de soja representou 22,4% da Receita Operacional total da cooperativa. Em outras palavras, até 31.12.78 a cooperativa imobilizou o equivalente a quase um quarto do faturamento do ano.

O expressivo peso atribuído aos itens c e f mostra que, na determinação do tamanho da unidade industrial, as dificuldades se referem à exigência do grande porte imposto pelo mercado, o que pode conduzir à capacidade ociosa, e ao acesso a equipamentos compatíveis com uma capacidade desejada, que permitiria uma escala de produção eficiente sem ociosidade. Assim, tanto do ponto de vista econômico como técnico, a pequena unidade industrial encontra restrições. Isso faz com que as cooperativas, como se observou, sejam empurradas para a instalação de unidades de maior dimensão.

É importante notar que, apesar das restrições à utilização da teoria do oligopólio, as cooperativas percebem, claramente, as difíceis condições de concorrência ao atribuir, em 56% dos casos, alguma ou grande importância ao poder de mercado dos concorrentes.

Que circunstâncias então teriam permitido a superação dessas dificuldades fazendo com que as cooperativas ampliassem sensivelmente o peso de sua presença na agroindústria?

Não resta dúvida de que sua prévia e sólida inserção na comercialização de produtos agrícolas facilitou o caminho para a verticalização. A maioria das cooperativas que passaram do estágio comercial para o industrial já dispunha de eficientes sistemas de armazenagem, em larga medida amortizados, e de grande domínio do know how da área. Em função disso asseguraram um grande controle do fluxo de matérias-primas (tabela 11).

TABELA 11 - PARTICIPAÇÃO DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS NA COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO, SEGUNDO ALGUNS PRODUTOS, NO PARANÁ - 78/79 - 80/81 - 82/83

PRODUTO	78/79			80/81			82/83		
	TOTAL Coope- rativas	Produção do Paraná		TOTAL Coope- rativas	Produção do Paraná		TOTAL Coope- rativas	Produção do Paraná	
		Abs.	%		Abs.	%		Abs.	%
Soja	1 700 444	4 000 000	43	2 711 088	4 950 000	55	2 402 674	4 315 000	56
Trigo	1 288 577	1 621 000	79	629 973	915 000	69	818 548	1 066 000	77
Milho	255 661	4 169 538	06	966 917	5 350 000	18	1 097 417	5 018 870	22
Fetjão	85 310	503 488	17	107 317	570 860	19	88 033	347 035	25
Cevada	33 019	53 683	62	13 731	35 443	39	4 877	20 200	24
Cafê*	2 550	240 000	11	123 938	498 000	25	96 683	312 000	31
Algodão	82 812	468 787	18	203 658	581 000	35	332 856	700 000	47
Cana-de-açúcar	614 808	3 191 353	19	82 475	4 888 038	02	2 367 380	9 300 000	25
Leite in natura**	199 268	781 815	25	263 609	859 000	31
Aves p/corte	33 768	164 688	21
Suínos p/corte	33 958	110 061	31

FONTE: Banco de Dados Cooperativista - 1979, 1981 e 1983

*Cafê em coco

**1 000 litros

... informação não-disponível

Naqueles casos em que as cooperativas ingressaram em atividades relativamente divorciadas do caráter de suas atividades comerciais habituais - rações e aves, frigoríficos, leite, etc. -, seu particular relacionamento com os produtores, a capacidade de distribuir e orientar a assistência técnica e, mesmo em alguns casos, o financiamento à produção, permitiram-lhes, em curto espaço de tempo e sem grande dificuldade, o acesso à matéria-prima, em volume e qualidade, necessária para a operação da indústria. Isso explica porque, não obstante a matéria-prima ser o principal elemento do custo da produção agroindustrial e no mercado de matérias-primas se desenvolver importante parte do jogo da concorrência, as cooperativas não atribuíram particular importância a esse item no rol das dificuldades listadas.

Além disso, sua capacidade de centralizar capital ajuda explicar sua relativa facilidade de inserção na agroindústria. As cooperativas podem, de um lado, reter para capitalização de 1% a 3% do valor da produção entregue pelo associado. De outro, parte do resultado apurado anualmente pode ser capitalizado. A

grande restrição à capitalização dos resultados anuais surge, eventualmente, dos associados que podem negar seu apoio a tal procedimento. Entretanto, esta parece não ter sido a prática dos associados em suas assembléias gerais, visto que apenas 40% das cooperativas afirmaram ter encontrado dificuldades para conseguir a anuência de seu quadro social (quadro 1 - item 2).

Ainda que sua capacidade de geração de recursos internos seja, em geral, bastante elevada, a mobilização de capital próprio não foi, como será visto no item 2, a principal fonte de financiamento da agroindustrialização das cooperativas.* No entanto, sua performance na geração de excedente certamente influenciou positivamente em sua capacidade de endividamento, facilitando principalmente o acesso a financiamentos oficiais subsidiados, recurso amplamente utilizado para segurar sua verticalização.

Muitos autores que se ocuparam do assunto atribuem ao acesso privilegiado ao crédito subsidiado o fator decisivo para explicar a entrada das cooperativas na agroindústria. Entretanto, deve-se lembrar que o acesso a esse tipo de crédito não se explica pelo apoio privilegiado obtido pelas cooperativas em função de fatores subjetivos, como particular simpatia de instituições financeiras e de órgãos federais, força do lobby cooperativista, etc. Sem negar alguma importância a esses fatores; é conveniente destacar que a maioria das linhas oficiais de crédito não teve e não tem as cooperativas como beneficiárias exclusivas. O que fez com que elas se beneficiassem relativamente mais foram os fatores objetivos mencionados (controle do fluxo da matéria-prima, eficiência operacional e

Também não foi, diga-se de passagem, a principal fonte de financiamento das inversões privadas.

capacidade de endividamento), que as transformam em investidores potenciais de grande peso, com maior facilidade de inserção na agroindústria que as empresas privadas.

Se ainda faltassem evidências nesse sentido, poderia se ressaltar que, depois de 1981, apesar do crédito subsidiado mais caro e mais difícil e, devido à recessão, em que pese a acirrada disputa por espaço nos mercados agroindustriais, as cooperativas paranaenses continuaram a investir na agroindústria.

Finalmente, merece comentário um argumento bastante utilizado para explicar o crescimento da agroindústria cooperativada. As multinacionais parecem tender, em alguns casos, a se retirar do primeiro processamento de matérias-primas e se refugiar nos segmentos mais próximos do mercado consumidor, num movimento justificado, possivelmente, pela busca de maior rentabilidade* e de diminuição do potencial de conflitos com os produtores rurais. É comum vincular essa tendência com a tendência ao avanço das cooperativas. No entanto, se a estratégia das multinacionais abre espaços, e isso talvez venha a explicar porque também outras empresas não o ocuparam, não ajuda a explicar por si só o fato de as cooperativas terem-no ocupado.

Uma indicação aproximada, e até de certo modo grosseira da rentabilidade de um setor, pode ser obtida pela relação entre o valor adicionado e o valor das saídas. Em 1975 e 1983 a relação, para os principais setores das indústrias alimentares paranaenses, era a seguinte:

	1975	1983
20.41 - Produção de Óleo Bruto	23,6	25,0
26.01 - Beneficiamento de Café e Cereais	16,5	20,6
26.04 - Produção de Café e Mate Solúvel	38,9	52,4
26.21 - Abate de Animais	20,2	29,2
26.43 - Fabricação de Produtos de Laticínios	22,6	22,9
26.91 - Refino de Óleo	17,5	27,6
26.96 - Rações	11,8	28,4

Em 1975, as cooperativas operavam nos setores Beneficiamento de Café e Cereais e Laticínios, e iniciavam a produção de rações. Em 1983, elas eram os principais agentes no Beneficiamento de Café e Cereais e em Laticínios, setores que são, "casualmente", aquelas que menos agregam valor, ou seja, setores que de certo modo apresentariam menor capacidade de gerar lucros. A participação das cooperativas nos setores produção de Óleo Bruto, Abate de Animais e Rações é ainda pequena. O setor Produção de Café e Mate Solúvel só foi inserido por ser um setor em que as cooperativas não atuam e para servir de parâmetro aos demais setores. Em laticínios, as cooperativas, pela necessidade de responder ao quadro social, operam em todo o segmento do beneficiamento do leite, desde o resfriamento à fabricação de produtos lácteos. Já as multinacionais só operam na linha nobre do produto, ou seja, nas sobremesas lácteos, iogurtes, leite em pó, etc. e, seguramente, devem obter uma maior taxa de agregação de valor.

2 AGROINDÚSTRIA E COOPERATIVAS NO PARANÁ: ALGUMAS TENDÊNCIAS

Como se pôde perceber, a participação das cooperativas na indústria agroalimentar ampliou-se consideravelmente nos últimos anos. Embora o peso industrial do cooperativismo repouse ainda, em larga medida, em alguns projetos de porte relativamente grande, localizados em certos setores, tudo indica que a agroindústria tenderá a constituir uma atividade de crescente importância num número cada vez maior de cooperativas.

Neste item, discutem-se as possíveis consequências dessa tendência, atribuindo-se ênfase especial ao impacto da agroindústria sobre a cooperativas, tanto do ponto de vista de seus efeitos sobre a geração de excedente e de sua repartição, como da ótica das transformações induzidas pela atividade industrial sobre a estrutura organizacional das cooperativas e de seu rebatimento sobre as relações destas com os produtores rurais.

2.1 CARACTERÍSTICAS DAS FUTURAS INVERSÕES DAS COOPERATIVAS

Para discutir com mais propriedade as transformações que a inserção de cooperativas na agroindústria tenderá a impor à geração e repartição de excedente, à sua estrutura interna e às suas relações com os associados, é conveniente explorar primeiro os prováveis caminhos que essas organizações percorrerão na senda da industrialização.

Em questionário aplicado junto às cooperativas foi possível levantar algumas características básicas, tanto das in-

versões nas agroindústrias já em operação como das futuras inversões, programadas ou cogitadas, por estas organizações.*

Comparando-se as características dos investimentos passados com o perfil das futuras inversões, pode-se extrair algumas interessantes tendências.

O leque de produtos a serem processados nas futuras instalações industriais se mantém praticamente inalterado com relação ao passado. A diferença mais sensível entre o futuro e o passado é a ausência de investimentos no setor Abate de Animais. Quanto ao peso relativo dos produtos processados, pode-se perceber a perda de importância dos projetos de produção de álcool em função, provavelmente, do esgotamento de cota paranaense, e um aumento da presença da indústria processadora de algodão. Interessante observar, também, o aparecimento, nas intenções de investimento, de projetos para o aproveitamento de subprodutos (quadro 2). Ainda deve-se destacar que, embora se mantenha a pauta de produtos, há uma tendência ao aprofundamento do processamento, particularmente clara no caso do algodão e dos óleos vegetais. No primeiro, transita-se do simples descaroçamento, dominante no passado, para a produção de fios e óleos. No segundo, a produção de óleo bruto cede lugar ao refino e à elaboração de produtos mais sofisticados.

*No questionário, os investimentos das cooperativas foram divididos em três blocos: investimentos realizados (agroindústrias em operação), investimentos decididos (projetos de investimentos) e investimento a nível de intenção (intenções de investimento);

QUADRO 2 - INTENÇÕES DE INVESTIMENTOS EM PRODUTOS E CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO DAS AGROINDÚSTRIAS COOPERATIVADAS, NO PARANÁ - 1983

PRODUTO	COOPERATIVA	CAPACIDADE
Algodão		
Fios	4	10t
		-
		-
		-
Óleos	1	300t/ano (caroço)
Arroz	1	10t/dia
Cana-de-Açúcar		
Alcool	2	40 000ℓ/dia
		5 000ℓ/dia
Erva-Mate	1	1t/dia
Feijão	1	25t/dia
Leite	2	10 000ℓ/dia
		20 000ℓ/dia
Mandioca	1	100t/dia
Milho		
Moagem	1	20t/dia
Óleo	1	-
Soja		
Refino	2	100t/dia
		100t/dia
Refino e Produtos	1	100 000ℓ/dia
Subprodutos		
Cama de Aviários e Vinhoto para Produção de Adubo Orgânico	1	-
Borra de Óleo e Detritos de Frigorífico para Produção de Sabão	1	-

FONTE: IPARDES, Pesquisa de Campo - 1983

Para investimentos futuros há uma ligeira tendência ao aumento do número de projetos de menor porte relativo. Uma primeira evidência nesse sentido se relaciona à capacidade de processamento declarada nos questionários, que apresenta, para o conjunto dos produtos processados, uma ligeira tendência à diminuição (quadros 2 a 4).

QUADRO 3 - PRODUTOS PROCESSADOS E CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO DAS AGROINDÚSTRIAS COOPERATIVADAS EM OPERAÇÃO, NO PARANÁ - 1983

PRODUTO	COOPERATIVA	CAPACIDADE	PARTICIPAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA NO FATURAMENTO DA COOPER. (%)
Algodão Descaroçamento	5	15t/dia	-
		20t/dia	21 a 30
		8t/dia	31 a 40
		10t/dia	- de 10
		160 fardos/dia	21 a 30
Arroz	1	20t/dia	- de 10
Bovinos/Suínos Abate	2	110/440/dia	-
		-	+ de 50
Cana-de-Açúcar Alcool	7	2 500ℓ/dia	- de 10
		150 000ℓ/dia	- de 10
		120 000ℓ/dia	21 a 30
		120 000ℓ/dia	-
		2 500ℓ/dia	-
		120 000ℓ/dia	+ de 50
Frango Abate	1	25 000 aves/dia	- de 10
Leite/Laticínios	7	300 000ℓ/dia	+ de 50
		200 000ℓ/dia	21 a 30
		-	- de 10
		120 000ℓ/dia	+ de 50
		30 000ℓ/dia	+ de 50
		100 000ℓ/dia	+ de 50
Mandioca	3	250 sacas/dia	- de 10
		12t/dia	-
		40t/dia	+ de 50
Milho Moagem	1	12t/dia	-
Soja	5	600t/dia	+ de 50
		-	+ de 50
		1 000t/dia	31 a 40
		200t/500t/dia	+ de 50
Trigo Moagem	1	100t/dia	- de 10
		8t/dia	- de 10
Diversos Rações	8	400t/dia	- de 10
		300t/dia	21 a 30
		160t/dia	11 a 20
		96t/dia	- de 10
		120t/dia	21 a 30
		60t/dia	- de 10
		200t/dia	- de 10
	- de 10		

FONTE: IPARDES, Pesquisa de Campo - 1983

QUADRO 4 - PROJETOS DE INVESTIMENTOS EM PRODUTOS E CAPACIDADE DE PROCESSAMENTO DAS AGROINDÚSTRIAS COOPERATIVADAS, NO PARANÁ - 1983

PRODUTO	COOPERATIVA	CAPACIDADE	PARTICIPAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA NO FATURAMENTO DA COOPER. (%)
Algodão			
Descaroçamento (Pluma)	1	15t/dia	21 a 30
Descaroçamento	1	80t/dia	- de 10
Fios	1	13t/dia	11 a 20
Deslintamentos (Caroço)	1	8,8t/dia	+ de 50
Arroz	1	-	-
Cafê			
Torrefação	1	1t/dia	de 10
Cana-de-Açúcar			
Álcool	3	150 000ℓ/dia	+ de 50
		150 000ℓ/dia	+ de 50
		150 000ℓ/dia	- de 10
Leite	5	20 000ℓ/dia	11 a 20
		10 000ℓ/dia	- de 10
		40 000ℓ/dia	- de 10
		-	- de 10
		20 000ℓ/dia	- de 10
Mandioca	2	180 sacas/dia	- de 10
		480 sacas/dia	- de 10
Milho	2	-	-
		-	21 a 30
Soja	2	800t/dia	11 a 20
		1 000t/dia	21 a 30
Diversos			
Rações	3	60t/dia	- de 10
		-	- de 10
		-	-

FONTE: IPARDES, Pesquisa de Campo - 1983

Uma segunda evidência que aponta na mesma direção se obtém pela comparação que as próprias cooperativas fizeram entre a capacidade da unidade industrial e a capacidade média de indústrias similares existentes no Estado. Enquanto a capacidade de 19,5% das unidades industriais em operação foi considerada

menor que a média, para os projetos de investimento esse percentual passa a 23,8% e para os investimentos a nível de intenção, a 26,3%. Em outras palavras, a proporção de unidades industriais com capacidade de processamento menor que a média da indústria similar do Estado poderá crescer ligeiramente no futuro.

Uma terceira indicação da diminuição da dimensão relativa dos investimentos futuros é dada pela participação das vendas de produtos industriais no faturamento total:* enquanto 41,7% das cooperativas indicaram que as vendas dos produtos industrializados originários das agroindústrias em operação representaram menos de 10% de seu faturamento em 1983, 57,1% das cooperativas esperam que as vendas industriais originárias dos projetos de investimento representem menos de 10% das vendas totais. Visto de outra maneira, enquanto 27,8% das cooperativas declararam que suas vendas industriais superam 50% do faturamento total, somente 14,3% delas projetam tal resultado para os investimentos decididos. Isso significa que o tamanho e a importância, para a cooperativa, de cada projeto individual tende a diminuir.**

A associação entre cooperativas para execução do investimento é um recurso que deverá ser utilizado com maior intensidade no futuro próximo, tendendo a debilitar-se no futuro mais distante. Assim, se 10% das agroindústrias em operação foram

*A participação das vendas de produtos industriais no faturamento total, aqui apresentada, refere-se à participação de cada agroindústria, tomada individualmente, sobre o faturamento total da cooperativa.

**Isso não significa que o projeto em si seja pequeno. Tende a ser pequeno com relação à totalidade das operações das cooperativas.

empreendimentos realizados em comum por duas ou mais cooperativas, 23,8% dos projetos de investimentos deverão ser executados em associação, enquanto somente 5% dos investimentos a nível de intenção deverão ser coletivos. A maior intensidade da associação entre cooperativas para realização dos investimentos projetados poderia ser explicada pela busca da diluição de riscos, própria de uma época pouco propícia à inversão, e pela dimensão financeira dos investimentos, que exigiria o concurso de mais de um investidor.

Embora esses fatores apresentem, certamente, algum peso, é interessante notar que a maioria das ocorrências de associação para a realização dos investimentos projetados está localizada no setor leite/laticínios, em que predominam investimentos de menor porte relativo (quadro 4). Nesse caso isso se explica, provavelmente, mais pela estratégia de algumas grandes cooperativas de expandir e controlar geograficamente a captação de matéria-prima, estimulando, por isso, a associação com e entre cooperativas, que pelas razões antes levantadas.

O predomínio de empreendimentos individuais entre as intenções de investimento está provavelmente relacionado com a tendência, já comentada, de diminuição do porte relativo dos investimentos, o que tornaria ainda mais desnecessária a conjunção de esforços. Ajuda também a explicar a individualidade dos futuros investimentos o fato de que as experiências de associação nem sempre foram marcadas pela pacífica coexistência entre as cooperativas associadas. Assim, no futuro, as cooperativas deverão tender a investir individualmente.

Supondo-se que os investimentos projetados e as intenções de investimento sejam efetivamente realizados, o número

médio de indústrias por cooperativa passaria de 1,4 (atualmente 31 cooperativas declararam ter 42 indústrias em operação) para 2,1 (no futuro, 39 cooperativas teriam 83 indústrias em operação). * Essas cifras indicam também que o número de cooperativas com atividades industriais passaria de 31 para 39. Assim, não só aumentaria o número de indústrias por cooperativa** - e, apesar da diminuição do porte relativo de cada investimento, aumentaria conseqüentemente a importância da atividade industrial em cada cooperativa -, como um maior número de cooperativas tenderia a ingressar na atividade industrial.

2.2 AGROINDÚSTRIA, GERAÇÃO E REPARTIÇÃO DE EXCEDENTE

A racionalidade do ingresso das cooperativas na atividade agroindustrial deve ser buscada na própria racionalidade de sua formação: criação de condições para concorrer. A atividade agroindustrial só pode ser justificada pela pretensão das lideranças cooperativas de colocar o produto agrícola no mercado em melhores condições de valorização e permitir, assim, à cooperativa e aos produtores e ela associados se apropriarem de uma maior fatia do excedente que circula na cadeia produção-

*A distribuição do número de indústrias por cooperativa seria a seguinte: 17 cooperativas teriam uma só indústria; 11 cooperativas, duas indústrias, 5 cooperativas, três indústrias, 4 cooperativas, quatro indústrias, 1 cooperativa, seis indústrias, 1 cooperativa, sete indústrias.

Deve-se notar que o atual número de estabelecimentos industriais por cooperativa (1,4) é superior ao número de estabelecimento por empresa (1,1) observado na indústria agroalimentar em 1982.

**O aumento do número de indústrias por cooperativa deverá ser, no futuro, marcante, devido às vantagens das instalações de indústrias complementares (tipo leite/rações ou aves/rações) e de indústrias de processamento mais aprofundado (tipo óleos brutos/refino/produtos).

consumo. Nesse sentido, o que se deve esperar como resultado da atividade agroindustrial cooperativada é o aumento da geração de sobras e sua repartição, sob diferentes formas, aos associados.

2.2.1 Agroindústria e Geração de Excedente

A avaliação do impacto da agroindústria sobre a geração de sobras é dificultada por três fatores principais. Primeiro, ressalvados os casos de alguns produtos como leite e laticínios e de algumas atividades de processamento muito primário de produtos agrícolas, como o beneficiamento de cereais, a agroindústria mais avançada constitui fenômeno recente nas cooperativas paranaenses, tendo se firmado somente a partir do início desta década.* A recência da atividade, que implica o ainda grande peso da amortização dos investimentos e, geralmente, fortes custos financeiros a eles associados, deve se agregar a particular época em que se instala a agroindústria cooperativada, às vésperas da crise, fazendo-a sofrer, desde seu nascimento, as conseqüências da retração dos mercados, restrições ao crédito subsidiado e a concomitante elevação dos custos financeiros, etc. Essas circunstâncias tornam difícil o julgamento de seu desempenho no passado recente e dificultam a avaliação de seu potencial no tocante à sua capacidade de geração de sobras.

Outro fator que dificulta a avaliação do impacto da atividade agroindustrial sobre as sobras é uma limitação estatís-

*As respostas do questionário aplicado junto às cooperativas indicam a seguinte distribuição de datas de entrada em funcionamento das 42 agroindústrias cooperativadas que estavam em operação em 1984 (uma das cooperativas não declarou a data do início da operação de sua agroindústria): Antes de 1979:8; 1979-80:2; 1981-82:19; 1983-84:12.

tica, configurada no fato de que a contabilidade da maioria das cooperativas não separa claramente o resultado operacional industrial do resultado comercial. Assim, salvo alguns casos particulares - alguns dos quais serão comentados adiante, torna-se impossível isolar diretamente o impacto da agroindustrialização sobre a geração de excedente.

Finalmente, as cooperativas podem adotar diferentes estratégias no tratamento das sobras. Algumas optam pela pré-distribuição (via maiores preços, por exemplo) e, com isso, o balanço final do exercício acusará somente uma parcela das sobras efetivamente geradas no ano.

Apesar dessas limitações, é possível explicitar elementos - alguns gerais e indiretos, outros particulares e diretos - reveladores do impacto positivo da agroindústria sobre a geração de sobras.

O faturamento industrial pode ser tomado como um indicador da importância da agroindústria no conjunto das atividades das cooperativas e, lateralmente, como um indicador inicial e precário* das sobras industriais. Tomando-se todo o sistema

*O faturamento industrial não pode, evidentemente, ser tomado como um indicador indiscutível do resultado operacional líquido. A relação entre esses dois valores depende, entre outras coisas, da rentabilidade do faturamento, cujo comportamento é influenciado pelo nível dos custos operacionais (preços dos insumos, grau de utilização da capacidade instalada, etc.), dos custos não-operacionais (principalmente custos financeiros), do comportamento dos preços, etc. Ademais, como geralmente não há nítida discriminação contábil entre atividades comerciais e industriais, o faturamento industrial muitas vezes recobre atividades comerciais especulativas. Isso ocorre com freqüência em cooperativas que tanto comercializam o produto in natura como o processam, registrando o resultado conjunto dessas operações em contas como "setor soja", "setor algodão", etc. Como a indústria exige estoques para operar um certo número mínimo de dias por ano, pode ocorrer que o mercado de produto in natura se apresente, conjunturalmente, mais favorável que o mercado do produto processado, levando a cooperativa a especular com a matéria-prima estocada. O resultado dessa operação é lançado na conta do "setor", confundindo-se com o resultado industrial, que é também aí registrado. Essa confusão aparece com freqüência na industrialização da soja em que as "margens de esmagamento" determinam a vantagem relativa de operar no mercado do produto in natura ou no produto industrializado.

cooperativo paranaense* pode-se perceber, nos últimos cinco anos, o crescente peso do faturamento industrial sobre o conjunto de suas atividades: a participação da indústria atinge 18% em 1983, quase dobrando entre os extremos do período analisado (tabela 12). A evolução do peso das atividades industriais é ainda mais notável quando se isola, do total do sistema cooperativo, o conjunto de cooperativas singulares. Nesse caso, embora as cifras indicadoras do peso do faturamento industrial sejam, logicamente, mais modestas, sua evolução é positiva e acusa um expressivo salto em 1983, quando a atividade industrial passa a representar pouco menos de um quarto do faturamento total.**

*O sistema cooperativo agropecuário paranaense é composto de cooperativas singulares (atualmente há 63 cooperativas singulares em operação) que se reúnem em centrais cooperativas (cooperativas de segundo nível, atualmente em número de 5). Recentemente foi instalada uma cooperativa de terceiro nível, a CONFEPAR, formada pelas cooperativas centrais especialmente para operar uma indústria de leite em pó.

O interesse da separação analítica entre centrais e singulares reside em dois fatos de alguma importância. Primeiro, como as centrais não tem relação direta com os produtores associados, sua industrialização impactará mais longinquamente nas relações cooperativas/associadas. Em função disso, é interessante considerar a idéia de que a industrialização cooperativada deveria se restringir à industrialização das centrais. Segundo, as cifras revelam que, embora as centrais tendam a ser organizações voltadas eminentemente para a indústria (em 1983, 57,2% de seu faturamento foi de origem industrial), sua importância no total da indústria cooperativada ainda está longe de rivalizar com o peso conjunto das cooperativas singulares (em 1983, as centrais responderam por somente 19,6% do faturamento de toda a indústria cooperativada). Na realidade, há cooperativas singulares que, por seu tamanho e eficiência econômica, poderão suplantar facilmente o peso industrial de algumas centrais.

**A lenta evolução do peso do faturamento industrial entre 1979 e 1982 (a taxa de crescimento é cadente, passando de 15,1% em 1980 para 2,1% e 2,0% em 1981 e 1982, respectivamente) reflete, em larga medida, o impacto da crescente retração do mercado no período. O salto de 1983 está ligado, de um lado, à clara recuperação da vitalidade dos mercados interno e externo e, de outro, à entrada em operação de algumas agroindústrias cooperativadas.

Há quem atribua o saldo de 1983 à recuperação dos preços de certos produtos in natura, o que teria dado origem à confusão descrita na primeira nota da página anterior. Ainda que não se possa descartar de pronto essa suposição, é conveniente ressaltar que ela não se verificou senão parcialmente no caso da mais industrializada das cooperativas do Paraná, a COCAMAR. Em 1983, seu faturamento corresponde à venda de soja em grão representou somente 1,6% do total das vendas do setor soja (grão, farelo e óleo). Vale dizer, a cooperativa processou praticamente toda a soja recebida. No caso do setor algodão, entretanto, dada sua relativamente pequena capacidade de fiação, a situação foi inversa. Para detalhes, ver p.33.

TABELA 12 - EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DO FATURAMENTO INDUSTRIAL SOBRE O FATU-
 MENTO TOTAL SEGUNDO TIPO DE COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS, NO PA-
 RANÁ - 1979-83

COOPERATIVA ANO	FAT. INDUSTRIAL (A)	FAT. TOTAL (B)	A/B (%)
Cooperativas Singulares			
Centrais e CONFEPAR			
1979	4 870 403	46 301 032	10,52
1980	13 161 700	108 333 105	12,15
1981	31 740 598	207 895 299	15,27
1982	64 946 310	505 445 199	12,85
1983	243 102 721	1 316 468 723	18,47
Centrais e CONFEPAR			
1979	1 623 062	7 673 370	21,2
1980	4 420 553	17 770 990	24,9
1981	13 882 304	28 374 645	48,9
1982	21 425 459	73 201 865	29,3
1983	67 400 601	117 933 646	57,2
Singulares			
1979	3 247 341	38 627 662	8,4
1980	8 741 147	90 562 115	9,7
1981	17 858 294	179 520 654	9,9
1982	43 520 851	432 243 334	10,1
1983	175 702 120	1 198 535 077	23,0

FONTE: ACARPA/EMATER - Banco de Dados Cooperativistas, 1980, 1981, 1982,
 1983 e 1984

Em que medida o crescimento do faturamento industrial teria repercutido sobre o volume de sobras geradas? Pelas limitações descritas anteriormente, não é possível fazer uma avaliação direta e inequívoca. Entretanto, a informação disponível permite estabelecer uma correlação bastante confiável e esclarecedora entre o faturamento industrial e o volume de sobras. Tomando-se, em 1983, as 33 cooperativas para as quais se dispunha simultaneamente de informação sobre as sobras líquidas totais geradas (ST) e sobre o desdobramento do faturamento total (faturamento comercial (FC), faturamento industrial (FI) e outras receitas (OR)), foi possível estimar a seguinte função:

$$\bar{S\bar{T}} = -1,84 + 0,315FI + 0,081 (FC + OR)$$

$$t = 8,014 \quad t = 3,664$$

$$R^2 = 0,800$$

$$F = 60,098$$

$$n = 33$$

Os parâmetros estimados mostram que, na medida do conjunto das 33 cooperativas,* o impacto do faturamento industrial sobre as sobras totais é quase quatro vezes maior que o impacto dos demais componentes do faturamento ($0,315/0,081 = 3,88$).

Estimando-se a mesma função para 1979, chega-se a:

$$\bar{S\bar{T}} = -15,600 + 0,112FI + 0,038 (FC+OR)$$

$$R^2 = 0,645$$

$$n = 30$$

Os resultados são, econometricamente, mais pobres, porém não deixam de ser interessantes. De um lado, já em 1979, o impacto da indústria sobre as sobras era maior que o impacto dos demais componentes do faturamento ($0,112/0,038 = 2,95$). De outro, o impacto do faturamento industrial quase se triplica entre 1979 e 1983, como mostra a comparação entre o coeficiente de 0,112 obtido nessa função com aquele de 0,315 obtido na anterior.

Embora seja certo que não se podem tomar funções estimadas como prova irrefutável - dadas as limitações do método

*As cooperativas que figuram nas amostras utilizadas para estimar as funções comentadas foram selecionadas usando-se como único critério o da simultaneidade das informações requeridas para o ajuste. Assim, em 1983, uma só central aparece na amostra, e algumas cooperativas singulares, com importante faturamento industrial (principalmente no setor leite/laticínios), não aparecem por não apresentarem a informação completa.

econômico, notadamente no caso de um cross-section -, esses resultados ilustram bem o potencial de valorização dos produtos agropecuários por sua transformação industrial.

A análise comparativa de alguns casos particulares pode reforçar a conclusão anterior. Para essa comparação foram selecionadas seis cooperativas de diferentes tamanhos e graus de industrialização, assim distribuídas.*

GRAU DE INDUSTRIALIZAÇÃO	TAMANHO	
	Grandes	Médias
Cooperativas com maior grau de industrialização:	COCAMAR	COTREFAL
Cooperativas com menor grau de industrialização:	COAMO	COPACOL
Cooperativas não-industrializadas:	COOPERVALE	COMFRABEL

Analisando-se a evolução das sobras totais e das sobras dos "setores" industrializados das quatro primeiras cooperativas, pode-se isolar nitidamente o impacto da industrialização sobre a geração de sobras. No caso da COCAMAR - a mais industrializada das cooperativas agrícolas paranaenses -, a instalação da indústria de óleo de soja em 1979 faz com que as sobras do "setor soja" se multipliquem por 14,3, passando a representar 63% das sobras totais. Em 1983, quando essa cooperativa inicia a industrialização do algodão (produção de fios e óleos de al-

*O tamanho foi medido pelo volume do faturamento total em 1983; o grau de industrialização, pela participação do faturamento industrial no total, também em 1983. A COCAMAR e a COTREFAL são, nesta ordem, as cooperativas mais industrializadas do Estado. A COAMO é a maior cooperativa do Estado, medianamente industrializada mas com planos e fortes possibilidades de verticalização. A COPACOL é uma cooperativa média, com grau intermediário de industrialização e é pioneira no ramo da integração avícola. A COOPERVALE é a maior cooperativa, estritamente comercial e a COMFRABEL é uma cooperativa média não-industrializada.

godão), as sobras deste setor se multiplicam por 15,6%, atingindo 42% das sobras totais (tabela 13).* No caso da COTREFAL, a segunda cooperativa mais industrializada do Estado, a entrada em operação da indústria moageira de soja em 1982 mais que dobrou a participação das sobras do setor no total (tabela 14).

TABELA 13 - EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS SOBRAS DOS SETORES SOJA E ALGODÃO NO TOTAL DAS SOBRAS OPERACIONAIS DA COCAMAR, NO PARANÁ - 1977-83
(Em Cr\$ mil)

ANO	TOTAL DAS SOBRAS*	SOBRAS DO SETOR SOJA	SOBRAS DO SETOR ALGODÃO	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL	
				Soja	Algodão
1977	46 196	9 313	12 762	20	28
1978	41 653	8 428	13 828	20	33
1979**	191 412	120 641	53 430	63	28
1980	562 541	270 717	212 347	48	38
1981	867 342	430 500	301 258	50	35
1982	1 853 621	955 630	643 776	52	35
1983**	23 804 465	10 535 914	10 062 085	44	42

FONTE: COCAMAR - Balanços Patrimoniais

*As sobras líquidas operacionais não incluem item correção monetária

**Ano de implantação da indústria

TABELA 14 - EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS SOBRAS DO SETOR SOJA NO TOTAL DAS SOBRAS OPERACIONAIS DA COTREFAL, NO PARANÁ - 1979-83
(Em Cr\$ mil)

ANO	TOTAL DAS SOBRAS*	SOBRAS DO SETOR SOJA	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL
1979	15 331	2 060	13
1980	71 449	7 450	10
1981	70 653	17 542	25
1982**	321 156	170 002	53
1983	2 182 991	1 718 423	79

FONTE: COTREFAL - Balanços Patrimoniais

*Lucro bruto operacional

**Ano de implantação da indústria

*Ver segunda nota, pág. 38

Nas duas cooperativas classificadas como medianamente industrializadas, o início de operações industriais também teve forte impacto sobre as sobras (tabelas 15 e 16). Na COPACOL, que ingressa numa atividade totalmente nova, a entrada em operação do abatedouro avícola e da fábrica de rações em maio de 1982 gera sobras que representam quase um quarto das sobras totais. O caso da COAMO é especial. Embora tenha inaugurado sua unidade esmagadora de soja em 1981, a indústria só veio a operar em 1983. Nesse ano, as sobras do setor se multiplicam por 13, representando mais de 50% das sobras totais.

TABELA 15- EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS SOBRAS DO SETOR AVES E RAÇÕES NO TOTAL DAS SOBRAS OPERACIONAIS DA COPACOL, NO PARANÁ - 1979-83
(Em Cr\$ mil)

ANO	TOTAL DAS SOBRAS*	SOBRAS DO SETOR AVES E RAÇÕES	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL
1979	28 811	-	-
1980	56 806	-	-
1981	107 608	433	-
1982**	72 204	17 177	24
1983	2 069 964	469 508	23

FONTE: COPACOL - Balanços Patrimoniais

*Resultado líquido operacional

**Ano da implantação da indústria

TABELA 16- EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS SOBRAS DO SETOR SOJA NO TOTAL DAS SOBRAS OPERACIONAIS DA COAMO, NO PARANÁ - 1979-83
(Em Cr\$ mil)

ANO	TOTAL DAS SOBRAS*	SOBRAS DO SETOR SOJA	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL
1979	252 178	86 831	34
1980	924 743	281 185	30
1981	1 960 500	598 055	31
1982**	3 569 864	1 139 004	32
1983	28 173 767	14 625 881	52

FONTE: COAMO - Balanços Patrimoniais

*Sobras líquidas operacionais

**Ano de implantação da indústria

Poder-se-ia suspeitar que o comportamento das sobras do setor soja, particularmente em 1983, em vez de resultar da industrialização do produto, poderia ser consequência da favorável evolução dos preços do grão* e/ou do fato de que as operações contabilizadas no setor seriam operações comerciais com o produto in natura e não com a soja processada.

A primeira suspeita é invalidada se for considerada que a evolução dos preços afetaria favoravelmente a todas as cooperativas, particularmente as mais comerciais. Tomando-se a grande cooperativa comercial da amostra, a COOPERVALE, observa-se que as sobras do setor soja (puramente comercial) se multiplicaram por 2,1 em 1983 (tabela 17). Nesse mesmo ano, as sobras do setor soja da COCAMAR se multiplicaram por 11, as da COTREFAL por 10 e as da COAMO por 13. Esses saltos, sem dúvida, estão ligados à presença da indústria.**

TABELA 17 - EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DAS SOBRAS DO SETOR SOJA NO TOTAL DAS SOBRAS OPERACIONAIS DA COOPERVALE, NO PARANÁ - 1979-83
(Em Cr\$ mil)

ANO	TOTAL DAS SOBRAS*	SOBRAS DO SETOR SOJA	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL
1979	247 021	54 708	22
1980	629 988	206 063	33
1981	1 922 004	581 584	30
1982	4 102 396	709 810	17
1983	5 816 030	1 455 825	25

FONTE: COOPERVALE - Balanços Patrimoniais

*Sobras brutas operacionais

*Isso deu origem à especulação aventada na nota da pág. 30.

**Difícilmente se poderia atribuir essa diferença de comportamento à diferença da habilidade das cooperativas comparadas. A COOPERVALE é, reconhecidamente, uma cooperativa muito bem administrada.

A segunda suspeita pode ser descartada a partir da observação do fato de que nas duas cooperativas da amostra que industrializam soja* as vendas do produto in natura têm sido desprezíveis. Essas cooperativas industrializam praticamente todo o produto recebido e as sobras do setor se explicam, portanto, pelas operações industriais e não pela confusão contábil no interior do setor soja (tabelas 18 e 19).**

TABELA 18 - PARTICIPAÇÃO DAS VENDAS DE GRÃOS, FARELO E ÓLEO, NO TOTAL DAS VENDAS DO SETOR SOJA DA COCAMAR, NO PARANÁ - 1979-83

(Em Cr\$ milhões)

PRODUTO	1979		1980		1981		1982		1983	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Grãos	51	3,4	236	7,0	333	5,4	103	1,0	649	1,4
Farelo	747	50,2	1 887	59,0	3 437	58,0	5 757	60,0	23 008	57,6
Óleo	691	46,4	1 086	34,0	2 179	36,6	3 751	39,0	16 294	41,0
TOTAL	1 489	100,0	3 209	100,0	5 949	100,0	9 611	100,0	39 941	100,0

FONTES: COCAMAR - Balanços Patrimoniais

TABELA 19 - PARTICIPAÇÃO DAS VENDAS DE GRÃOS, FARELO E ÓLEO NO TOTAL DAS VENDAS DO SETOR SOJA DA COTREFAL, NO PARANÁ - 1982-83

(Em Cr\$ milhões)

PRODUTO	1982		1983	
	Abs.	%	Abs.	%
Grãos	67	1	87	0,3
Farelo	3 165	56	13 212	55
Óleo	2 450	43	10 784	45
TOTAL	5 682	100	24 083	100

FONTES: COTREFAL - Balanços Patrimoniais

*A COAMO, que também industrializa soja, não discrimina os produtos do setor.

**Dado a relativa pequena capacidade da indústria de fiação da COCAMAR, o setor algodão ainda é dominado pelas operações comerciais com o plume. Entretanto, a análise de informação e seguir revela a importância e o potencial da industrialização do setor.

Num relatório de atividades referente a janeiro/novembro de 1984 (O Estado de São Paulo, 08/DI/85, p.29), a direção da cooperativa faz a seguinte observação: "Apesar do crescimento do recebimento (houve um resultado negativo de aproximadamente Cr\$ 20,8 bilhões (...) no setor algodão. Graças, no entanto, à indústria de fiação e à indústria do óleo de caroço de algodão, conseguiu-se reduzir esse prejuízo em aproximadamente Cr\$ 9,5 bilhões (...)" O relatório continua observando que a indústria brasileira de fiação pegou preços baixíssimos pela matéria-prima tendo tido, por isso, lucros elevados. A COCAMAR, mesmo pagando preços mais elevados, conseguiu um resultado líquido de Cr\$ 8,2 bilhões na fiação. Se sua indústria tivesse capacidade para fiar todo o algodão recebido dos produtores, é de se supor que a cooperativa teria tido ganhos significativos em lugar da perda assinalada.

2.2.2 Agroindústria e Repartição do Excedente

A passagem do estágio comercial para o industrial implica, geralmente, a necessidade de acesso a maiores massas de recursos, tanto para a imobilização em capital fixo como para assegurar o giro dos negócios. Assim, o esforço de capitalização das cooperativas industrializadas é maior quando comparado ao das não-industrializadas de porte semelhante. Para se ter uma idéia da magnitude dessas diferenças de necessidade de capital, basta destacar que, em 1983, enquanto o faturamento da COCAMAR superou em 50% o da COOPERVALE, seu ativo imobilizado era duas vezes maior que o imobilizado da cooperativa de grande porte mais tipicamente comercial da amostra. Por outro lado, enquanto o ciclo financeiro - que reflete a velocidade de rotação do capital de giro - da COCAMAR foi de 94 dias na média do período 1981-83, o da COOPERVALE foi de somente 45 dias. Em outras palavras, o tempo transcorrido entre a saída e a entrada em caixa do capital de giro na cooperativa industrializada é duas vezes superior ao tempo na cooperativa comercial.

A capitalização interna das cooperativas pode se alimentar de três fontes básicas de recursos. A primeira são as cotas-partes que o agricultor deve subscrever e integralizar ao associar-se. A segunda é a retenção, para aumento de capital, de uma porcentagem do valor da produção que o associado entrega à cooperativa. A terceira são as sobras líquidas apuradas anualmente, que podem ser capitalizadas ou distribuídas, em dinheiro ou em espécie, aos associados. Usualmente, uma parte das sobras apuradas se destina à alimentação de fundos legais e de fundos

especiais criados pela própria cooperativa.* Uma vez alimentados os fundos, os recursos restantes são colocados à disposição de uma assembléia geral ordinária, que debaterá sobre seu destino final (distribuição ou capitalização).

As cotas-partes constituem, em geral, uma fonte de recursos de pouca importância. A prática da retenção de parte do valor da produção para aumento de capital, que pode significar recursos de maior monta, tem sido abandonada por algumas cooperativas em função do impacto negativo sobre sua capacidade de concorrência.** Assim, a análise da capitalização interna das cooperativas pode ser fundamentalmente baseada na análise da repartição das sobras, que provê o essencial de seus recursos próprios.

A alimentação dos fundos legais, a formação de novos fundos e a capitalização ou distribuição das sobras à disposição da assembléia geral ordinária dependem, evidentemente, da particular situação conjuntural da cooperativa e de sua estratégia de expansão. Por isso, quando se compara, para o conjun-

*Segundo as determinações legais, a cooperativa deve manter um fundo de reserva, alimentado por, no mínimo, 10% das sobras apuradas anualmente. Esse fundo é destinado à cobertura de perdas eventuais e ao desenvolvimento de atividades sociais. A cooperativa deve manter, também, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES -, destinando-lhe, no mínimo, 5% das sobras apuradas. O FATES se destina à prestação de assistência aos associados e seus familiares e, eventualmente, aos funcionários da cooperativa. Além desses fundos obrigatórios é facultada à cooperativa a formação de fundos com fins específicos. Os mais comuns são fundos de desenvolvimento e similares, destinados à acumulação de capital para futuros investimentos.

**A retenção para aumento de capital, que varia de 1% a 3% do valor da produção entregue pelo associado à cooperativa, é um dos "descontos" que a cooperativa faz ao receber o produto. A presença de descontos nas cooperativas muitas vezes limita sua capacidade de oferecer preços líquidos mais atraentes que seus competidores, que podem inclusive se dispensar, ilegalmente, da cobrança do FUNRURAL e do recolhimento do ICM.

to do período 1979-83, o comportamento das seis cooperativas da amostra, as situações particulares das cooperativas escolhidas se impõem e não é possível verificar nenhuma tendência definida na distribuição das sobras quando se passa das mais para as menos industrializadas (tabela 20).

TABELA 20 - RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO DE SEIS COOPERATIVAS SELECIONADAS, SEGUNDO SEU DESTINO, NO PARANÁ - 1979-83
(Valores agregados para os 5 anos, em Cr\$ 1.000,00 de 1983)

DESTINO	COCAMAR		COTREFAL		COMMO		COPACOL		COOPERVALE		COMFRABEL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Sobras Líquidas	41 583 628	100,0	3 572 672	100,0	61 612 659	100,0	3 700 379	100,0	9 713 859	100,0	938 549	100,0
Fundos Legais	13 782 451	33,2	2 163 781	60,6	32 971 374	53,3	2 299 430	62,1	5 268 387	54,2	369 904	39,4
Outros Fundos	1 596 685	3,8	-	-	1 076 611	3,0	-	-	-	-	-	-
Sobras à Disposição ACD	26 180 489	63,0	1 408 893	39,4	26 964 474	43,7	1 400 949	37,9	4 447 472	45,8	568 655	60,6
Capitalizadas	4 129 985	14,7	1 117 296	31,3	5 000 299	8,2	1 168 650	31,6	4 447 472	45,8	378 627	40,4
Distribuídas	19 807 255	47,7	291 595	8,1	21 864 175	35,5	232 299	6,3	-	-	189 828	20,2
Qualificação da Diretoria	243 249	0,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

FONTE: Balanços Patrimoniais e Atas das Assembleias Gerais Ordinárias - 1979-83

O que se pode destacar é que:

- as cooperativas mais industrializadas não se capitalizaram, via fundos, em proporção significativamente maior que as demais, à exceção da COMFRABEL;
- a presença de "Outros Fundos" é desprezível. Somente em determinados anos as cooperativas destacaram recursos para fundos especiais visando à instalação ou ao reequipamento de indústria e ao aumento de capital de setores específicos;
- embora o destino das sobras à disposição da assembleia geral ordinária não apresente comportamento sistemático, é interessante ressaltar que a cooperativa mais industrializada (COCAMAR) distribuiu uma proporção significativa de suas sobras, enquanto a grande cooperativa comercial da amostra (COOPERVALE) capitalizou a totalidade do resultado operacional do período.

Ainda que não haja tendência definida, pode-se perceber que não necessariamente a industrialização, ao exigir maiores volumes de capital, implica maior retenção de sobras. Tudo depende, vale repetir, da estratégia de expansão e da situação particular de cada cooperativa, como bem o esclarece o caso da COCAMAR, que tem conseguido compatibilizar a capitalização com a repartição.

Ademais, é necessário considerar que, ao lado dos mecanismos de capitalização interna, as cooperativas podem suprir suas necessidade de capital pela obtenção de recursos externos, principalmente, pelo acesso a linhas de crédito governamental subsidiado, tanto para investimento como para financiamento da comercialização. A discussão do recurso a fontes externas de financiamento foge do quadro da presente análise, que trata de reunir elementos para elucidar em que medida as maiores necessidades de capital geradas pela industrialização impactam sobre a retenção do excedente. Entretanto, há pontos de tangência entre essas duas discussões que devem ser destacados.

Quando se analisa o comportamento do endividamento a longo prazo das seis cooperativas da amostra, pode-se observar que o endividamento das duas cooperativas mais industrializadas apresenta uma nítida tendência a crescer, enquanto nas demais, com exceção da COPACOL, a tendência é inversa. Assim, nos últimos anos do período 1979-83, o patamar de endividamento das mais industrializadas é significativamente superior ao das demais. O endividamento da COCAMAR, por exemplo, é praticamente duas vezes superior ao da COOPERVALE (tabela 21).

TABELA 21 - ENDIVIDAMENTO A LONGO PRAZO DE SEIS COOPERATIVAS SELECIONADAS, NO
 PARANÁ - 1979-83
 (Em %)*

COOPERATIVA	1979	1980	1981	1982	1983
COCAMAR	10,5	9,2	17,3	20,9	8,8
CONTREFAL	24,9	30,4	42,5	30,9	25,07
COAMO	24,3	24,2	14,5	4,8	2,3
COPACOL	20,5	25,2	17,1	24,4	36,9
COOPERVALE	-	14,7	9,1	10,5	4,7
COMFRABEL	67,0	64,4	3,3	0,7	0,2

FONTE: Balanços Patrimoniais

*Exigível a longo prazo/Patrimônio líquido x 100

Essas cifras revelam que o endividamento tem sido uma importante fonte de recursos para a capitalização e industrialização das cooperativas. Essa conclusão não é nova.* O que interessa destacar, entretanto, é o crescimento dos custos financeiros que acompanha de perto a evolução do endividamento. No caso da COCAMAR, única cooperativa cujo balanço permite extrair essa informação, para cada Cr\$ 1 do Passivo Financeiro em 31.12.79, a cooperativa pagou Cr\$ 0,56 de juros; essa relação aumenta sistematicamente nos anos seguintes, até atingir, em 31.12.83, Cr\$ 0,84 de juros por Cr\$ 1 de Passivo Financeiro. Ao recorrer ao endividamento para se capitalizar, a cooperativa transfere para o sistema financeiro, sob a forma de juros, importantes fatias das sobras apuradas. Em 1983, os juros pagos

*Em recente trabalho, o IPARDES demonstrou que o crescimento da COCAMAR foi financiado, em larga medida, pelo acesso a recursos externos e que a retenção de sobras, por mais expressiva que tenha sido, jamais teria permitido o crescimento da cooperativa no ritmo e nas dimensões observados. (IPARDES - FUNDAÇÃO EDISON VIEIRA. Perspectiva e potencial de participação institucional do setor cooperativista nos planos e programas de adequação do desenvolvimento rural paranaense. Curitiba, 1983.

pela COCAMAR transformaram suas sobras totais de Cr\$ 34,9 bilhões em sobras líquidas de Cr\$ 23,4 bilhões, uma redução de 33%. Somente a excelente rentabilidade da cooperativa, apoiada na industrialização, pode explicar que ela tenha suportado esses custos financeiros e, ainda assim, apurado sobras líquidas e as distribuídas.

2.3 AGROINDÚSTRIA, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO

Pelo simples fato de estarem inseridas numa economia de mercado, as cooperativas são empresas regidas pela lógica capitalista. Seu relacionamento com o mercado final (comércio atacadista, indústria, exportadores, etc.) se desenvolve no mesmo cenário que abriga as empresas privadas. Nesse plano, as cooperativas devem satisfazer as exigências do ambiente concorrencial em termos de qualidade do produto, eficiência dos canais de distribuição, escala de produção, nível de custos e preços, etc.

Seu relacionamento com o mercado primário e, portanto, com os produtores rurais, embora também submetido às regras da concorrência, vai um pouco além da simples relação de preço. Formadas para atender às necessidades dos associados, notadamente necessidades econômicas determinadas por sua condição de produtores agrícolas, as cooperativas são, fundamentalmente, estruturas dirigidas à oferta de serviços, em princípio em condições mais vantajosas aos associados. Ao lado da comercialização em comum - o mais típico serviço prestado aos produtores -, as cooperativas dedicam-se à distribuição de crédito, fornecimento de insumos, assistência técnica, produção de sementes, armazenagem, transporte e, em muitos casos, oferecem serviços

escolares e médico-odontológicos. Nesse plano, as exigências feitas às cooperativas variam segundo o estágio tecnológico, a estrutura fundiária, o nível de educação, os produtos produzidos e o grau de diferenciação e de organização de sua base rural.

As cooperativas encaixam-se, portanto, entre as duas pontas do mercado, procurando responder simultaneamente às exigências de dois ambientes distintos: de um lado, exigências dos associados, que não necessariamente se limitam a preços mais vantajosos e, de outro, exigências impostas pelo mercado, principalmente quanto ao tamanho e eficiência, cujo atendimento é condição para sua sobrevivência.

A estrutura interna das cooperativas deve se moldar para satisfazer com eficiência esses requerimentos, garantindo, assim, sua sólida inserção nos dois ambientes. A configuração adotada pela estrutura dependerá, logicamente, da força relativa com que se manifestam as exigências de cada ambiente. Dessa forma, quando a cooperativa ingressa no mercado de produtos agroindustriais, a resposta às exigências da concorrência tende a impor substanciais alterações em sua estrutura orgânico-funcional.

Isso pode ser visto com clareza quando se compara a estrutura das cooperativas industrializadas com a das não-industrializadas (tabela 22). Como se pode perceber, a forma mais recente adotada pela estrutura das cooperativas industrializadas (COCAMAR, COAMO e COPACOL) contempla um número muito maior de unidades administrativas voltadas para o mercado que a estrutura da cooperativa comercial (COOPERVALE). Simetricamente, salvo o caso da COPACOL, o número de unidades administrativas

voltadas para o produtor é menor nas primeiras que na segunda.

TABELA 22 - CRESCIMENTO DO QUADRO SOCIAL DE SEIS COOPERATIVAS SELECIONADAS, NO PARANÁ - 1979-83 (1979 = 100)

ANO	COCAMAR		COTREFAL		COAMO		COPACOL		COOPERVALE		COFRABEL	
	Abs.	Índice	Abs.	Índice	Abs.	Índice	Abs.	Índice	Abs.	Índice	Abs.	Índice
1979	6 324	100	3 046	100	6 439	100	2 553	100	4 386	100	3 138	100
1980	8 652	137	3 238	106	8 114	126	3 257	128	4 696	108	3 440	110
1981	10 092	160	3 962	130	9 800	152	4 105	161	5 962	136	4 238	135
1982	11 937	189	3 975	130	11 593	180	4 749	186	5 750	131	4 885	156
1983	19 757	312	3 994	131	13 426	209	5 018	196	5 712	130	5 135	164

FORNTE DOS DADOS BRUTOS: ACAPPA/EMATER - Banco de Dados Cooperativistas, 1979, 1980, 1981, 1982 e 1983

Ainda que a análise da evolução da estrutura seja prejudicada pela falta de informações sobre a COCAMAR, vale destacar, no caso da COAMO e da COPACOL, o forte aumento das unidades voltadas para o mercado e a diminuição - à exceção da COPACOL* - do número de unidades administrativas orientadas para o produtor. A industrialização parece então levar as cooperativas a orientar, com mais vigor, sua estrutura de gestão para o mercado final, tendendo a dedicar menor importância às relações com o mercado primário e, portanto, com os produtores.

Essa constatação é mais um elemento que poderia ser usado para enriquecer a literatura sobre o afastamento dos produtores com relação à cooperativa, provocado pelo divórcio entre os rumos por ela tomados e as necessidades da maioria de sua base rural. Efetivamente, nessa direção caminham muitos estudos que procuram explicar o desinteresse dos produtores com relação à cooperativa pela perda de legitimidade da direção - que não se identifica com as exigências e necessidades da maioria dos pro-

*A entrada da COPACOL no Abate de Aves exigiu a instalação de incubatórios, matrizeiros, fábrica de ração e o desenvolvimento de um setor de fomento e assistência à avicultura, atividades diretamente ligadas aos produtores. Com isso se ampliam tanto suas relações com o mercado (aves abatidas) quanto com os produtores.

dutores - ou pelo abandono dos princípios ideológicos do cooperativismo.

O afastamento dos produtores tem sido uma realidade que, inclusive, tem preocupado sinceramente a direção de algumas cooperativas. Entretanto, é surpreendente constatar o formidável aumento do seu quadro social, que se amplia com maior velocidade justamente nas cooperativas mais industrializadas (tabela 23). Essa evolução, antes de contradizer as evidências que apontam para o afastamento cooperativa/produtor, reforça uma outra constatação: a legitimidade das direções das cooperativas está intimamente ligada ao atendimento dos interesses econômicos mais imediatos de seus sócios, assentando-se no prestígio da cooperativa como empresa e principalmente na sua capacidade de gerar resultados positivos frequentes que permitam uma maior distribuição de sobras.* A industrialização contribui para esse resultado, constituindo, por isso, a meta perseguida por um crescente número de cooperativas.

TABELA 23 - NÚMERO DE UNIDADES ADMINISTRATIVAS NA ORGANIZAÇÃO INTERIA, ANTES E APÓS A AGROINDUSTRIALIZAÇÃO, EM SEIS COOPERATIVAS SELECIONADAS, NO PARANÁ - 1977-83

COOPERATIVA	ANTES DA INDÚSTRIA		DEPOIS DA INDÚSTRIA	
	Produtor	Mercado	Produtor	Mercado
COCMAR	7	7
COAMO	7	1	4	5
COPACOL	8	1	10	5
COOPERVALE*	8	1	-	-

FONTE dos Dados Brutos: Organogramas e relatórios das cooperativas

NOTA: A análise da COIREFAL e COMFRAUEL foi impossibilitada por dificuldades na obtenção dos organogramas e relatórios

*Cooperativa não-industrializada

...Dados não-disponíveis

*Na ausência de uma relação contratual, nos moldes da integração privada, a fidelidade do produtor à cooperativa, expressa pela entrega do produto, só pode ser assegurada pela via do retorno econômico. Nesse plano, os apelos aos princípios do cooperativismo certamente são de pouca eficácia.

A questão do afastamento, do lado dos produtores, deve ser colocada num outro plano. O problema não pode ser tratado unicamente ao nível do sentimento de exclusão determinado pelo conflito entre o universo empresarial da cooperativa e o limitado mundo do produtor, ou por sua perplexidade frente às dimensões atingidas pela cooperativa. O afastamento tem raízes objetivas, explicando-se fundamentalmente, por um lado, pelo fato de que o produtor não encontra na cooperativa os meios para satisfazer suas necessidades de crescimento econômico, como, por exemplo, acesso à terra e a tecnologias mais adequadas ao seu porte e capacidade financeira e, por outro, pela tendência da cooperativa a marginalizar certos produtos e, portanto, seus produtores.

A agroindústria, como já foi visto, tenderá a ser atividade importante num crescente número de cooperativas. Com isso seus interesses pela produção agrícola deixarão de ser interesses pelo produto, que se compra e se vende numa simples operação comercial, para centrar-se no produto agrícola como matéria-prima para sua indústria. Limitando seu interesse a um reduzido número de matérias-primas, a cooperativa selecionará produtos e, em consequência, produtores. Adicionalmente, as exigências mais rígidas com relação a preço (custo), tipo, qualidade e uniformidade impostas pelo mercado de produtos agroindustriais colocarão em concorrência, no mesmo mercado, produtores de diferentes níveis tecnológicos, forçando os menos aptos a

adaptação ou à exclusão.*

Do lado das cooperativas, o afastamento encontra raízes profundas na ampliação de autonomia da direção com relação à sua base rural. À medida que cresce o potencial de geração de excedente pela agregação de valor na atividade industrial, a direção poderá amparar sua estratégia de verticalização calcando a acumulação de capital sobre o excedente industrial, tornando-a mais independente da contribuição, forçada ou voluntária, dos associados para a capitalização.** Por isso, ela pode se afastar impunemente de sua base rural. Impunemente no sentido de que não perderá sua legitimidade, pois poderá aumentar sua capacidade de atendimento das demandas econômicas mais imediatas de seus associados não perdendo, assim, tampouco o controle sobre o fluxo de matérias-primas.***

*A tendência à especialização em produtos mais rentáveis e, por via de consequência, à exclusão de produtores não se manifesta somente nas cooperativas industrializadas. As cooperativas comerciais tendem a operar com uma reduzida gama de produtos. Entretanto, é importante frisar que o aparelho de comercialização é mais flexível que aquele dirigido à industrialização podendo, por isso, adaptar-se rapidamente para a recepção de um maior número de produtos. Por outro lado, e nesse mesmo sentido, a diversificação industrial de uma empresa encontra limites claros que a impedem de operar com eficiência em muitos mercados diferentes. Assim, o leque de produtos recebidos, agora transformados em matérias-primas, provavelmente tenderá a se estreitar acentuando a marginalização de produtos e produtores.

**A possibilidade de autonomização é, portanto, muito maior na cooperativa industrial que na comercial. A idéia de automatização da acumulação foi desenvolvida, de maneira rica e completa, por BENETTI, Maria D. Análise da capitalização na sociedade cooperativa: O exercício da transformação do Paradoxo em senso comum. Ensaio FEE, Porto Alegre, 4(1):59, 1983.

***Como já foi visto, em 1984 a COCAMAR pôde reduzir em quase 50% os prejuízos do setor algodão graças à industrialização do produto. Nesse ano, péssimo para a comercialização do algodão, as cooperativas não-industrializadas tiveram de absorver integralmente suas perdas comerciais.

É evidente que o afastamento não se explica unicamente por fatores econômicos. Há uma dimensão política cuja importância está longe de ser desprezível, aspecto a ser desenvolvido parcialmente nas Conclusões.

3 CONCLUSÕES

As cooperativas agropecuárias são, quase sempre, propostas como instrumentos a serem privilegiados na execução de certas linhas de política governamental como, por exemplo, daquelas relacionadas com o desenvolvimento da agroindústria para melhorar as condições de vida da população rural, especialmente os pequenos produtores. Frequentemente a esse tipo de proposta se acopla a idéia de estimular a instalação de pequenas unidades industriais a serem operadas por cooperativas.

Não cabem muitas dúvidas sobre o fato de que o desenvolvimento da agroindústria do Paraná será fortemente marcado pela agressiva presença das cooperativas. Essas organizações alcançaram massa crítica para rivalizar com as empresas privadas e, atraídas pelo enorme potencial de geração de sobras da atividade agroindustrial, devem caminhar aceleradamente para a verticalização. Dadas as condições da concorrência, que determinam o tamanho e a tecnologia minimamente eficientes, sua verticalização será marcada pelo predomínio de plantas industriais de porte relativamente grande.

Ainda que essa tendência eleve as necessidades de capital das cooperativas, a apropriação de maiores fatias do excedente que circula na cadeia produção-consumo, potencializada pela própria atividade industrial, pode permitir conciliar as necessidades de crescente capitalização com as exigências de curto prazo dos produtores, notadamente maiores retornos em suas

operações com as cooperativas.

A agroindustrialização introduz sensíveis transformações na estrutura interna das cooperativas, deslocando-a da administração das relações com sua base rural para a administração das relações com o mercado de produtos agroindustrializados. Esse movimento reflete e reforça um antigo problema do cooperativismo, base de muitas críticas a ele dirigidas: a questão de participação, traduzida pelo afastamento e desinteresse dos produtores com relação à cooperativa.

A busca de tamanho e eficiência para concorrer tem levado às cooperativas a rebater esse comportamento sobre sua base rural, adotando a prática da seleção de produtos e atividades mais rentáveis, conduzindo também à seleção e diferenciação de produtores. Essa tendência é nítida nas atividades agroindustriais nas quais os custos, a regularidade e a homogeneidade do fluxo de produtos exigem a seleção de produtores mais sólidos e aptos.

Embora seja certo que o ambiente concorrencial e outros determinantes estruturais, como o tamanho e diversidade agrícola de suas áreas de ação e a diferenciação prévia dos produtores - fatores sobre os quais as cooperativas não têm total controle e seria utópico esperar que pudessem mudá-los - conduziram-nas a trilhar o caminho da seleção de mercados, produtos e produtores, não é menos certo que tendem a enveredar numa estratégia de crescimento que as leva ao estabelecimento de uma forte distância entre os interesses de parcelas consideráveis de seus associados e as necessidades impostas por sua própria estratégia de crescimento.

A realidade mostra que essa tendência dificilmente po-

deria ter sido diferente. As pequenas cooperativas, supõe-se geralmente, estão mais próximas dos interesses de seus associados e poderiam adotar, em princípio, um comportamento distinto. Entretanto, incapazes de fazer frente à competição contra os agentes privados e mesmo contra outras cooperativas, tendem a desaparecer. No início dos anos 70, havia no Paraná cerca de 100 cooperativas agropecuárias em operação; hoje escassamente ultrapassam 60 e prevê-se que dentro de 10 anos poderão estar reduzidas a não mais de 30.

Isso não significa que não se possa pensar na introdução de algum tipo de correção nos rumos tomados pelas cooperativas que ingressam na atividade industrial. O exemplo da COTRIJUI ilustra nitidamente essa possibilidade.

A cooperativa gaúcha vem, nos últimos anos, desenvolvendo intenso trabalho no sentido de incentivar e viabilizar técnica e economicamente a diversificação de culturas. É evidente que o carro-chefe continua sendo a soja, mas o esforço no sentido de atender maior gama possível de produtos não é desprezível.

Essa iniciativa parece estar intimamente ligada ao fato de existir, em sua região de ação, um longo e persistente trabalho de organização e informação dos produtores. É interessante destacar que a iniciativa de organização dos produtores não nasceu por decisão da administração da cooperativa, mas sim fora dela, no quadro das mobilizações populares do início da década de 60, tendo exercido papel fundamental, na região, o Movimento Comunitário de Base, iniciado em 1962. Posteriormente, em 1967, a COTRIJUI passa a desenvolver seu próprio programa de educação e comunicação, cuja manutenção é, hoje, exigência da maior parte do corpo social da cooperativa. Sua influência tem sido de-

cisiva no sentido de forçar os dirigentes a tomar decisões de cunho econômico (investimentos, linhas de comercialização e de beneficiamento), que atendam às aspirações de seus associados.*

Evidentemente, a questão da participação não se resume à sua dimensão econômica. Como bem o demonstra o exemplo da COTRIJUÍ, a mobilização política levou à abertura de canais de participação que veiculam as reivindicações econômicas dos associados. No Paraná, cujas cooperativas mais antigas, com exceção da área leiteira, nasceram às vésperas de 1964, a pequena participação dos associados na definição de seus rumos tem como pano de fundo a pequena participação da cidadania em geral nos diferentes níveis da vida política nacional, que foi a marca destes últimos 20 anos.

A ausência de pressão política organizada por parte de sua base rural permitiu que os dirigentes cooperativistas não desenvolvessem qualquer sensibilidade para o problema da criação de novos canais de participação, compatíveis com a dimensão e complexidade atingidas pela cooperativa. As direções cooperativistas não foram além da simples aceitação dos Comitês Educativos, nascidos de proposta do Governo estadual, utilizando-os principalmente como instrumento de doutrinação e de legitimação mínima para sua permanência no poder.

*Ver MARQUES, Marisa. Universidade emergente. O ensino superior brasileiro em Ijuí (RS) de 1957 a 1983. Ijuí, FIDENE, 1984; FRANTZ, Telmo R. Cooperativismo empresarial e desenvolvimento agrícola. O caso da COTRIJUÍ. Ijuí, COTRIJUÍ/FIDENE, 1982, _____. A participação em cooperativas: um direito ou uma exigência econômica? Possibilidades e limites numa economia concorrencial. s.n.t. Trabalho apresentado ao IPARDES como resultado de consultoria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 ACARPA. Banco de dados cooperativistas: 1980, 1981, 1982, 1983, 1984. Curitiba, 1981-1985.
- 2 BENETTI, Maria D. Análise da capitalização na sociedade cooperativa: o exercício de transformação do paradoxo em senso comum. Ensaio FEE, Porto Alegre, 4(1): 47-63, 1983.
- 3 CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. Departamento econômico. Comissão de Política industrial. O sistema cooperativo e sua participação no setor industrial. s.l., 1980. 24p.
- 4 CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. Sistema Integrado de Informações Industriais. Análise dos setores industriais: estrutura, desempenho, problemas; a indústria de produtos alimentares 1980/81. Brasília, 1983. 711p.
- 5 FRANTZ, Telmo R. Cooperativismo empresarial e desenvolvimento agrícola: o caso da COTRIJUI. Ijuí, COTRIJUI/FIDENE, 1982.
- 6 _____ . A participação em cooperativas: um direito ou uma exigência econômica? Possibilidades e limites numa economia concorrencial. s.n.t. Trabalho apresentado ao IPARDES como resultado de consultoria.
- 7 IPARDES - FUNDAÇÃO ÉDISON VIEIRA. Perspectiva e potencial de participação institucional do setor cooperativista nos planos e programas de adequação do desenvolvimento rural paranaense. Curitiba, 1983. 272f.
- 8 MARQUES, Marisa. Universidade emergente: o ensino superior brasileiro em Ijuí (RS) de 1957 a 1983. Ijuí, FIDENE, 1984.
- 9 COCAMAR. Relatório da diretoria 1984. O Estado de São Paulo, São Paulo, 8 jan. 1985. p.29.